

ECONOMISTAS



Mulheres, desenvolvimento e economia política

Perspectiva de gênero e participação feminina no debate econômico são fundamentais na busca por soluções para problemas contemporâneos



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA
cofecon.org.br



COMISSÃO
Mulher
ECONOMISTA
& DIVERSIDADE

Presidente: Tania Cristina Teixeira

**Vice-presidente: João Manoel
Gonçalves Barbosa**

Conselheiros efetivos:

Claudemir Galvani
Carlos Magno Andrioli Bittencourt
Elis Braga Licks
Fabíola Andréa Leite de Paula
Flávia Vinhaes Santos
Gustavo Casseb Pessoti
Janine Alves da Silva Bello
João Manoel Gonçalves Barbosa
Júlio Flávio Gameiro Miragaya
Kerssia Preda Kamenach
Lucia dos Santos Garcia
Maria do Socorro Erculano de Lima
Odilon Guedes Pinto Júnior
Paulo Hermance Paiva
Pedro Afonso Gomes
Tania Cristina Teixeira
Teresinha de Jesus Ferreira da Silva
Wellington Leonardo da Silva

Conselheiros suplentes:

Ana Cláudia de A. Arruda Laprovitera
Antonio Corrêa de Lacerda
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Cid Cordeiro Silva
Clovis Benoni Meurer
Evaldo da Silva
Frednan Bezerra dos Santos
Gustavo Souto de Noronha
Hudson Garcia da Silva
José Antonio Lutterbach Soares
José Luiz Pagnussat
Josélia Souza de Brito
Kleber Antônio da Costa Mourão
Maurílio Procópio Gomes
Noel Leite da Silva
Paulo Dantas da Costa
Sergio Roberto Rodrigues
Vicente Ferrer Augusto Gonçalves

Conselho Editorial:

Flávia Vinhaes Santos (Coordenadora)
Antonio Corrêa de Lacerda
(Vice-coordenador)

Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera
Eduardo Reis Araujo

Elis Braga Licks
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Fernando Augusto Mansor de Mattos
Francisco Horácio Pereira de Oliveira
Gelton Pinto Coelho Filho
Gilson de Lima Garófalo
Herick Santos Hossoé
João Hallak Neto
José Luiz Pagnussat
José Wandemberg Rodrigues Almeida
Júlio Flávio Gameiro Miragaya
Juliane da Costa Furno
Lauro Chaves Neto
Lucia dos Santos Garcia
Marcelo Pereira Fernandes
Maria Cristina de Araújo
Mônica Beraldo Fabrício da Silva
Paulo Dantas da Costa
Paulo Sérgio Fracalanza
Pedro Garrido da Costa Lima
Roberto Bocaccio Piscitelli
Wallace Marcelino Pereira
Wellington Leonardo da Silva

Comissão de Comunicação:

Flávia Vinhaes Santos (Coordenadora)
Antonio Corrêa de Lacerda (Vice-coordenador)
Ana Cláudia Arruda
Janine da Silva Alves Bello
Pedro Afonso Gomes

Coordenação de Comunicação:

Renata Reis – Coordenadora
Manoel Castanho – Jornalista
Raquel Passos – Assessora
imprensa@cofecon.org.br

Projeto Gráfico e Editoração:

Raquel Passos

ISSN 2446-9297

As ideias e informações contidas nos artigos publicados nesta revista são de responsabilidade de cada autor, não devendo ser interpretadas como endossadas ou refletindo o pensamento do Conselho Federal de Economia.

**SIGA-NOS NAS
REDES SOCIAIS!**



@cofecon

Editorial Tania Cristina Teixeira	5	Dinâmica do setor farmacêutico e químico nos países do BRICS Ana Julia Mesquita, Iara Fernanda Machiavelli e Laura Paraízo	44
Entrevista: Adriana Nunes Ferreira Coordenação de Comunicação	6		
Impactos da violência de gênero na economia brasileira Isabel Ribeiro	14	Posse do Cofecon e do Corecon-DF reúne ministros e lideranças do pensamento econômico nacional Coordenação de Comunicação	52
O Brasil que cresce e adocece Janine Alves	20		
Internacionalização de moedas com características chinesas Júlia Leal	27	A eutanásia dos economistas? Fernanda Pessoti, Gustavo Casseb Pessoti e Reinaldo Dantas Sampaio	58
Além do teto de vidro: o “degrau quebrado” e o impacto sistêmico da maternidade na economia brasileira Camila Ishida	32	Mulheres e empregabilidade no mercado financeiro: avanços e desafios Débora Alcântara	64
O Brasil e a proposta de acordo global para mitigação, adaptação e compensação climática apresentado na COP30 Ana Cristina Carneiro, Isabel Cristina de Oliveira e Poema Isis	38	Novos livros	70

O Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março, é um momento de profunda reflexão e construção de caminhos. Para além das estatísticas, as desigualdades de gênero no mercado de trabalho se manifestam cotidianamente por meio de desigualdade salarial, sobrecarga com trabalho de cuidado, barreiras visíveis e invisíveis para alcançar posições de liderança e impactos sobre a saúde mental.

Dados recentes mostram que a desigualdade de gênero permanece presente em diferentes dimensões da vida econômica. As mulheres estão mais concentradas nos estratos de menor renda e nas profissões de menor remuneração e seguem sub-representadas nos cargos de direção. Ao mesmo tempo, acumulam responsabilidades profissionais e domésticas. Essa realidade evidencia que a desigualdade no mundo do trabalho está profundamente ligada à forma como a sociedade organiza a divisão das tarefas domésticas e de cuidado e as oportunidades de progressão na carreira.

Promover maior equidade exige mudanças estruturais. Nesse processo, as economistas têm papel relevante. Ao produzir conhecimento e participar do debate econômico, ajudam a evidenciar desigualdades e a construir caminhos para sua superação. Iniciativas institucionais, como o IV Seminário Nacional da Mulher Economista e

Diversidade, a ser realizado em Manaus nos dias 18 e 19 de junho, também são importantes para ampliar o debate e discutir a participação feminina na profissão.

Nos últimos anos, a revista Economistas de março vem sendo dedicada às mulheres. Os artigos publicados nesta edição contêm a visão das economistas sobre assuntos como os impactos da violência de gênero na economia, os riscos psicossociais do trabalho, a internacionalização da moeda chinesa, impactos da maternidade sobre o mercado de trabalho, emendas pix, entre outros. Além disso, uma entrevista especial com a economista Adriana Nunes aborda temas como soberania nacional, papel do Estado, desenvolvimento nacional e política industrial, trazendo reflexões importantes para o momento que o nosso país vive.

Não poderia finalizar sem dizer que, na guerra, os primeiros a perecerem são as mulheres e crianças. Notícias como a do bombardeio que matou mais de 150 crianças numa escola de meninas causam uma dor profunda. Como economistas, devemos buscar soluções que construam uma sociedade calcada não na guerra, mas na vida e no bem-viver.

Boa leitura!



Tania Cristina Teixeira

Presidenta do Cofecon

Graduada em Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e especialista em Políticas Econômicas (PUC Minas), mestre em Ciência Política (DCP/UFMG), com mestrado Master-DEA e doutorado em Economia Aplicada pela Universidade de Valência, Espanha. Professora do Departamento de Economia da PUC Minas, atua como coordenadora de Extensão Universitária e de Monografia. Foi presidenta do Corecon-MG em 2020, 2021 e 2022. É conselheira do Cofecon desde 2024 e presidenta desde 2025.

Economia política e soberania:

caminhos para um projeto nacional de desenvolvimento

Em entrevista exclusiva à revista Economistas, a economista Adriana Nunes Ferreira aborda a visão da economia política sobre o papel e as atividades do Estado e a coordenação do desenvolvimento para que o Brasil possa se posicionar num cenário global de disputas

POR COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

A construção de um projeto nacional de desenvolvimento para o Brasil passa, necessariamente, pela compreensão das relações entre economia, política e poder. Em um contexto marcado por conflitos geopolíticos e disputa tecnológica, ao mesmo tempo em que o Brasil ainda busca solucionar problemas históricos, ganha força o debate sobre soberania econômica e o papel do Estado na coordenação do desenvolvimento.

Nesta entrevista exclusiva para a revista Economistas, a economista Adriana Nunes Ferreira analisa esses temas a partir da perspectiva da economia política, destacando a importância de articular dimensões produtivas, tecnológicas, energéticas e sociais na formulação de estratégias nacionais. Graduada e mestre em Economia pela Universidade de São Paulo e doutora pela Universidade Estadual de Campinas, Adriana é professora associada da Unicamp, lecionando economia política e macroeconomia para estudantes de graduação e pós-graduação. Ela foi também chefe de gabinete adjunta da reitoria da

instituição, onde atualmente ocupa o cargo de assessora docente.

Adriana discute os limites estruturais da economia brasileira e defende a retomada do planejamento como instrumento fundamental para enfrentar desigualdades e construir um projeto soberano de país.

Revista Economistas: Como a senhora define o papel da economia política na formulação de um projeto nacional de desenvolvimento para o Brasil?

Adriana Nunes: A economia política é uma forma de encarar a teoria e a realidade econômica que recoloca a economia no interior da história, das instituições e das relações de poder. É um campo do conhecimento que procura entender a reprodução material da sociedade, mas levando em conta a história e as relações de poder. Não separa o campo da economia (técnico, com leis próprias) da política. E essa união é fundamental.





A economia política é uma forma de encarar a teoria e a realidade econômica que recoloca a economia no interior da história, das instituições e das relações de poder."

Não é possível formular um projeto nacional de desenvolvimento sem entender a nossa história e as relações de poder que estão envolvidas na dinâmica da economia e da sociedade brasileira.

RE: Quando falamos em um Brasil soberano, de que soberania exatamente estamos tratando? Produtiva, tecnológica, financeira, energética, alimentar?

AN: Todas elas de forma articulada. Não há como pensar a economia produtiva sem pensar a soberania financeira, tecnológica, energética e alimentar. É preciso recuperar o papel do planejamento econômico. Quando discutimos apenas política econômica de forma curto-prazista, não vamos longe na formulação de um projeto soberano de país.

RE: Que limites estruturais impedem o País de sustentar um projeto de desenvolvimento de longo prazo?

AN: Há limites colocados pela nossa condição de país periférico. Temos uma heterogeneidade estrutural já apontada por autores da Cepal e que continua presente. Outras questões se somam a essa, como a reprimarização da pauta exportadora e a financeirização crescente.

A política econômica está presa à dimensão curto-prazista, respondendo à imposição de austeridade fiscal. Esta é uma camisa de força para qualquer planejamento de longo prazo que o enfrentamento da questão do desenvolvimento

numa direção soberana exige. Veja como são as forças que determinam esta dinâmica curto-prazista: temos na presidência do Banco Central alguém formado numa tradição desenvolvimentista, mas que está mantendo a taxa de juros num patamar elevadíssimo.

RE: Do ponto de vista da política econômica, qual deve ser o papel do Estado na coordenação do desenvolvimento, especialmente num país marcado por forte desigualdade social e regional?

AN: O primeiro papel é de planejamento de longo prazo e de política industrial, tecnológica e social. O Estado precisa orientar a transformação da estrutura produtiva - que vai conver-sar, obviamente, com uma política energética e política tecnológica.

Segundo, tem que ter uma política social e redistributiva para reduzir desigualdades e precisa de coordenação macroeconômica para garantir condições adequadas para o investimento. Keynes, no capítulo 24 da Teoria Geral, diz que um dos papéis fundamentais do Estado é a socialização do investimento. Não no sentido de socialização da propriedade dos meios de produção. Ele era um defensor do capitalismo, mas um capitalismo regulado, no qual o Estado tinha como um dos papéis fundamentais regular o nível de investimento agregado e lançar mão dos instrumentos para o manejo do investimento agregado e da demanda agregada. Mas nada disso é possível com essa camisa de força da austeridade fiscal.

RE: Como a senhora vê o lugar da política industrial e tecnológica no centro de um projeto soberano, num contexto internacional cada vez mais marcado por disputas geopolíticas?

AN: Vivemos uma polarização crescente entre Estados Unidos e China. Se lembrarmos o discurso de Donald Trump logo após capturar o presidente venezuelano Nicolás Maduro, ele afirma ser o chefe do polo ocidental. Disse que estava tomando essa medida porque considerava ser papel dos Estados Unidos liderar esse polo. Fica muito claro o projeto dos Estados Unidos de se contrapor ao polo oriental, liderado pela China.

Neste contexto, as políticas industrial, tecnológica e energética são fundamentais para a soberania nacional. Não podemos participar dessa engrenagem geopolítica de forma submissa aos Estados Unidos. A polarização é um risco, mas também é uma oportunidade de fazer outras alianças com o Sul Global e com o polo oriental, no desenho de políticas industriais e produtivas. É um momento de planejamento estratégico. No campo diplomático, é preciso avançar com muito cuidado, porque há riscos.

RE: Nos últimos anos, as disputas comerciais e tecnológicas entre as grandes potências ganharam centralidade, especialmente a partir das políticas tarifas adotadas pelo Donald Trump. Como a senhora avalia esse cenário e o que ele revela sobre os limites da globalização e a revalorização da soberania nacional?

AN: Agora o tarifaço caiu, mas é fato que Trump tem um plano. Nosso caminho deve ser o fortalecimento das nossas cadeias produtivas e da soberania econômica no sentido pleno. Isso não se faz do dia para a noite, mas precisamos começar já. Encontrei outro dia o professor Francisco Lopreato, da Unicamp, e falamos da importância de construir mecanismos de governança mais eficazes. Lembramos dos grupos executivos do tempo de Juscelino Kubitschek. Quando ele criou o plano de 50 anos em cinco, também montou uma governança compatível. Há toda uma estrutura fundamental que precisa ser colocada, como bancos públicos e empresas públicas mais fortes. Nossa estrutura pública, em grande parte,

foi desmontada, mas ainda temos grandes possibilidades. A diplomacia também tem um papel fundamental e está indo bem.

RE: É possível falar em soberania econômica sem enfrentar diretamente a questão da estrutura produtiva e da reprimarização da economia brasileira?

AN: Não. A reprimarização limita as possibilidades de desenvolvimento sustentado, reduz a complexidade econômica e aumenta nossa vulnerabilidade externa - exatamente o que não podemos permitir nesse momento. Precisamos de diversificação produtiva e aumento da densidade tecnológica. A crise climática e a transição energética exigem uma política energético-industrial muito bem desenhada. Do contrário, o discurso da soberania econômica ficará num plano retórico.

RE: O governo brasileiro lançou o Plano Brasil soberano e, paralelamente, negociou com os Estados Unidos a revisão das tarifas. O Brasil consegue hoje definir um projeto próprio de desenvolvimento ou opera dentro dos limites impostos pelo sistema financeiro produtivo global?

AN: Consegue, sim. Há limites, mas há muito mais possibilidades. Um país que emite sua própria moeda e sua própria dívida tem margem de gestão macroeconômica, criando um espaço fiscal. Temos possibilidades de transformação produtiva, energética e industrial e de ampliação de gastos sociais. A emissão de dívida e de moeda não vai criar inflação. O modelo da regra de Taylor e de austeridade, imposto pelo mercado financeiro e validado pela teoria econômica mainstream, deve ser questionado.

A ideia de que emissão monetária causa inflação está baseada na teoria quantitativa da moeda, na qual o nível de emprego e a velocidade da renda são dados e se estabelece uma relação causal entre quantidade de moeda e aumento dos preços - algo não verificável na prática. A regra de Taylor é baseada na ideia de que a inflação é causada por uma demanda aquecida. Mas a inflação tem muito de oferta, inércia e expectativas; não necessariamente vem de uma

demanda agregada excessivamente elevada. A teoria por trás do manejo inflacionário parte de pressupostos falsos. Por que a emissão de títulos causa inflação? Se você cavar, encontra respostas fundadas em teorias econômicas não aderentes à realidade. Quando buscamos entender por que essas teorias são ensinadas, o ensino serve ao propósito de validar teórica e retoricamente políticas que favorecem grupos de poder. Isso deve ser questionado. A caixa de ferramentas mainstream não é politicamente neutra.

A crítica não pode ser localizada apenas no governo. Este é um papel da universidade pública, dos movimentos sociais e da sociedade. A economista Clara Mattei fez um trabalho mostrando como a austeridade fiscal leva, em última instância, à fragilização da democracia, abrindo as portas para o fascismo. Daí a importância da economia política, porque economia e política não são separadas. Mattei propõe, inclusive, uma volta aos movimentos políticos de base para conversar com as pessoas. Darcy Ribeiro dizia que a universidade também deve ser o lugar de construir utopias – não no sentido de um lugar que não consigamos alcançar, mas um norte para nossas ações, para que não fiquemos presos no “espontaneísmo fatalista”. Neste caso, no austericídio.

RE: A precarização do trabalho deve ser entendida como efeito colateral do atual modelo econômico ou elemento funcional à própria forma de organização do capitalismo brasileiro?

AN: É funcional à acumulação de capital e à organização do capitalismo – não só numa economia periférica como a nossa, mas em todo o mundo. Mesmo nos países onde há mais proteção, como a França, tem havido uma precarização. Se não fosse funcional à acumulação de capital, ela não aconteceria. A lógica do capital

“

A reprimarização limita as possibilidades de desenvolvimento sustentado, reduz a complexidade econômica e aumenta nossa vulnerabilidade externa – exatamente o que não podemos permitir nesse momento.”



Econ. Adriana Nunes Ferreira / Foto: Acervo pessoal

tem uma temporalidade de curto prazo. A precarização não é funcional a nenhuma sociedade e a crise que ela gera também pode ser, em algum momento, disfuncional para o capital. Mas o capital sempre tem encontrado outras formas de acumulação. E a forma de resistência à precarização é, necessariamente, política.

RE: Como a agenda de desenvolvimento pode ser articulada aos desafios contemporâneos da transição ecológica sem reproduzir um padrão de especialização subordinado? E qual o papel de ferramentas como o BNDES na construção destas políticas?

AN: Temos a Amazônia, temos fontes de energia e as possibilidades de contribuir mundialmente para a agenda de transição energética e o enfrentamento da crise climática, desde que o planejamento econômico seja recuperado. Para isso, precisa articular as políticas industrial, energética, tecnológica, financeira e social.

Ao longo da história do capitalismo brasileiro, o BNDES é o grande instrumento de socialização do investimento que o Estado brasileiro construiu. Mas as pressões sobre ele também são grandes, ele também esteve a serviço do processo de desnacionalização e, em alguns momentos, seguiu demandas ao invés de criar mercados. Eu acredito muito no papel do BNDES, é uma instituição-chave que sobreviveu à sanha privatista.

RE: Apesar dos avanços institucionais, a desigualdade de gênero continua estruturando o funcionamento da economia brasileira. Como a senhora analisa o papel do trabalho das mulheres na reprodução do capitalismo periférico e nas próprias possibilidades de um projeto de desenvolvimento soberano?

AN: A economia política fundada em Marx sempre refletiu sobre as questões de poder em torno da classe social, mas também é necessário pensar com outros recortes.



As mulheres estão ocupando mais posições de poder, e a diferença que nós fazemos é enorme. As mulheres que chegam a essas posições, com toda a história de opressão, vêm com uma força transformadora que é fundamental para o nosso país e para o mundo."



Raça e gênero são fundamentais para pensar nas relações de poder fundantes da nossa sociedade e da nossa dinâmica econômica.

Não tenho nenhuma dúvida de que a mulher tem um papel fundamental. O trabalho reprodutivo, que nas casas não é remunerado e que na forma de trabalho doméstico é muito mal remunerado, foi e é constitutivo da nossa sociabilidade. Este trabalho é terceirizado para outras mulheres e a maioria delas são negras.

O patriarcado tem um papel estruturante na formação da nossa sociedade e da nossa dinâmica econômica. A mulher é um elemento fundamental de transformação dessa sociedade: as pessoas que têm mais consciência de sua posição são as mulheres. Essa luta é uma construção diária, em várias camadas, desde a micropolítica até a macropolítica. As mulheres estão ocupando mais posições de poder, e a diferença que nós fazemos é enorme. As mulheres que chegam a essas posições, com toda a história de opressão, vêm com uma força transformadora que é fundamental para o nosso país e para o mundo.

Silvia Federici relata que as mulheres estão mais empoderadas e em posições de defesa das forças produtivas da natureza. Ela diz que a economia ecológica é também uma economia feminista. As mulheres têm uma força ancestral.

RE: Como a senhora avalia o papel da universidade pública na atenção entre o pensamento crítico e a lógica de mercado?

AN: Mencionei anteriormente que Darcy Ribeiro fala da universidade como lugar de fabricar utopias. E a função da utopia é, segundo ele “ordenar e concatenar as ações, fazer frente ao espontaneísmo fatalista e impedir que os oportunistas façam prevalecer propósitos mesquinhos”. Acredito no papel da universidade como espaço de construir utopias, entendidas como o lugar que orienta as nossas ações. A universidade pública tem o papel de construir o que acreditamos ser uma realidade justa e refletir sobre as ações necessárias para chegar lá, e ser um lugar de reflexão de cada um sobre o seu papel político. A nossa existência é política, o nosso lugar, o nosso corpo é político. A universidade é o lugar

de construir utopias e de tomada de consciência do papel de cada um no caminho para esse outro mundo possível.

RE: Num ano eleitoral, quais são os temas que deveriam estruturar o debate econômico no País e de que forma este debate evidencia que a economia é, essencialmente, um campo de disputa política?

AN: Vivemos uma polarização no cenário internacional e é fundamental que, no debate político e eleitoral, este assunto seja abordado. É muito necessário que cada candidato se posicione claramente sobre sua posição nesse enfrentamento político.

Tem também a questão do posicionamento sobre o planejamento econômico e o que cada candidato tem como projeto de país. Precisamos de um debate eleitoral qualificado neste sentido. Qual é o projeto? O que vamos fazer? Em que vamos investir? Como vamos organizar? Para onde vamos? Qual será o nosso eixo fundamental de acumulação e inserção produtiva e energética?

O terceiro eixo é a política social: como cada candidato se coloca em relação ao combate à desigualdade. Essa é uma chaga do nosso país. Eu gostaria de ver um debate em torno disso – mas, infelizmente, o debate qualificado em tempos de polarização é raro.

RE: Que mensagem a senhora gostaria de deixar para os jovens economistas e estudantes (e, em especial, as mulheres que estão ingressando e construindo trajetória no campo da ciência econômica)?

AN: Estudem muito para se posicionar criticamente em relação às forças políticas determinantes na nossa sociedade. Sonhem com um país melhor e se engajem na construção desse sonho – e, para isso, encontrem o seu fazer político, da micropolítica cotidiana até as esferas institucionais de política. Encontrem o seu agir político, pensem sobre ele e se fortaleçam nele. Para as mulheres, encontrem sua força, porque ela é gigante e transforma o mundo – e a economia política certamente é uma boa aliada nisso.



Acredito no papel da universidade como espaço de construir utopias, entendidas como o lugar que orienta as nossas ações (...) construir o que acreditamos ser uma realidade justa e refletir sobre as ações necessárias para chegar lá, e ser um lugar de reflexão de cada um sobre o seu papel político."

Impactos da violência de gênero na economia brasileira:

análise técnica das dimensões estruturais, raciais e econômicas (2013–2023)

POR ISABEL RIBEIRO

Esse artigo analisa dados de homicídios femininos e violência doméstica entre 2013 e 2023, utilizando informações do SIM, Sinan, PNAD Contínua/IBGE, Ipea e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Os resultados mostram que, embora as taxas gerais de homicídio no país tenham caído, a redução entre mulheres foi menor e marcada por desigualdades raciais e territoriais. As notificações de violência doméstica seguem elevadas e em crescimento, produzindo impactos expressivos sobre produtividade, renda, gastos públicos e formação de capital humano.

A análise evidencia que a violência de gênero gera custos econômicos sistêmicos ao afetar o mercado de trabalho, o empreendedorismo feminino e a sustentabilidade fiscal. Diante disso, propõe diretrizes de políticas públicas baseadas em evidências empíricas e abordagem intersetorial, reforçando a necessidade de integrar prevenção, proteção, autonomia econômica e coordenação entre diferentes áreas do Estado.

Palavras-chave: Violência de gênero. Feminicídio. Desigualdade racial. Desenvolvimento econômico. Políticas públicas.

1) Panorama técnico da violência letal (2013–2023)

Nos últimos onze anos (2013–2023), 47.463 mulheres foram assassinadas no Brasil, conforme registros do sistema de saúde. Somente em 2023, os registros apontam para 3.903 mulhe-

res vítimas de homicídio, o que equivale a uma taxa de 3,5 mulheres por grupo de 100 mil habitantes do sexo feminino.

Apesar da tendência de queda geral nos homicídios (incluindo vítimas do sexo feminino e masculino) ao longo dos últimos onze anos, é possível observar que a redução foi mais expressiva na população em geral do que entre as mulheres, ainda que, em números absolutos, tradicionalmente os homens sejam os principais envolvidos em crimes letais intencionais. Entre 2013 e 2023, a taxa geral de homicídios caiu 26,4%, enquanto a taxa de homicídios femininos teve uma redução de 25,5%.

A série histórica demonstra relativa estabilidade das taxas femininas quando comparadas à queda mais expressiva observada na população geral. Isso indica que fatores estruturais como violência doméstica, desigualdade de gênero e padrões culturais apresentam maior rigidez à mudança do que os determinantes associados à criminalidade urbana geral.







No âmbito nacional, a distribuição desse fenômeno não é homogênea entre as UFs. As taxas estaduais de homicídios femininos variam significativamente, com algumas UFs apresentando índices muito acima da média nacional, enquanto outras registram padrões de queda mais acentuados.

Em 2023, as maiores taxas foram encontradas em estados da região amazônica, com 10,4 por 100 mil mulheres em Roraima, e 5,9 por 100 mil no Amazonas e em Rondônia. As características étnico-raciais da mortalidade nesses estados podem ser imprecisas, pelo fato de que as notificações de mortalidade indígena, por não se basearem em autodeclaração, tendem a se perder na categoria “parda”. É possível que o assassinato de mulheres indígenas esteja subnotificado.

Hipóteses para índices tão altos de violência letal contra mulheres em Roraima passam necessariamente pelo fenômeno mais proeminente em curso na região: a extração ilegal de minério. Estudos qualitativos têm mostrado que os espaços de garimpo ilegal se caracterizam pela simultaneidade de práticas criminais, muitas vezes conectadas, que têm lugar, sobretudo, nas chamadas *corrutelas*. Nas *corrutelas*, é comum a ocorrência de prostituição e exploração sexual de meninas e mulheres, parte de uma dinâmica de sociabilidade que inclui o abuso de álcool e drogas.

A Bahia é o estado mais violento para as mulheres da região Nordeste, com taxa de 5,9 mulheres mortas para cada grupo de 100 mil. Em 2023, 18 estados tiveram sua taxa superior a nacional. Nove estados registraram taxas inferiores a brasileira. As menores delas foram encontradas em São Paulo (1,6), Minas Gerais (2,6) e Distrito Federal (2,7).

Os destaques negativos entre 2013 e 2023 nas taxas de homicídios registrados de mulheres por 100 mil habitantes têm na liderança o estado do Piauí, com uma variação de 34,50%, seguido dos estados do Amazonas (9,30%), Pernambuco (5,60%), Rio Grande do Sul (2,70%) e Bahia (1,70%). No mesmo período, três estados lideraram a redução nessas taxas: Goiás (-60,70%); Acre (-53,70%) e Alagoas (-51,20%).

As mulheres negras, o grupo composto por pretas e pardas, seguem exercendo um triste protagonismo: os dados registrados no sistema de saúde de homicídios femininos filtrados por raça/cor mostram que as mulheres negras são as mais atingidas por tal tipo de violência. Nos últimos onze anos (2013 a 2023), os registros apontam para 30.980 mulheres negras vítimas de homicídio.

Em 2023, foram registradas 2.662 mulheres negras vítimas de homicídio, o que representa 68,2% do total de homicídios femininos. Estamos diante de uma taxa de 4,3 mulheres negras mortas por homicídio por grupo de 100 mil habitantes.

E em termos de taxa, se a variação nesse período aponta para uma queda de 20,4% (passando de 5,4 mortes por 100 mil em 2013 para 4,3, mortes em 2023), o percentual de diminuição é menor na análise dos últimos cinco anos (2018 a 2023), de 17,3%. No último ano (de 2022 para 2023), a variação volta a ser positiva, registrando um aumento de 2,5% na taxa.

De modo geral, o recorte por raça/cor ilumina também as desigualdades regionais da distribuição dessas mortes. Enquanto em 2023 a taxa Brasil de homicídio feminino de negras foi de 4,3 por 100 mil, foram 12 os estados cujas taxas superaram a nacional. As piores delas foram encontradas em Pernambuco (7,2), Roraima (6,9), Amazonas e Bahia (cada um com 6,6). Quinze estados, de outro lado, tiveram suas

taxas inferiores à nacional, sendo as menores delas registradas em São Paulo (1,7), Santa Catarina (2,4), Distrito Federal e Minas Gerais (cada um com taxa de 3,2).

No Brasil, em 2023, o risco de uma mulher negra ser assassinada foi 1,7 vezes maior do que o risco de uma mulher não negra. Isso significa que, para cada homicídio de uma mulher não negra, ocorreram, proporcionalmente, 70% mais homicídios de mulheres negras. Tal disparidade revela a interseccionalidade entre gênero e raça como determinante central da exposição à violência, refletindo desigualdades estruturais no acesso à renda, educação, moradia e proteção institucional. Entre 2013 e 2023, 30.980 mulheres negras foram vítimas de homicídio. A redução da taxa entre mulheres negras (20,4%) foi inferior à observada entre mulheres não negras (26,5%).

Mulheres negras vivenciam camadas a mais de violências e de vulnerabilidades em comparação com outros grupos raciais. Uma das consequências disso acaba refletindo no viés racial que molda a distribuição da letalidade feminina no Brasil.

De acordo com o Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, em 2023, do total de homicídios registrados de mulheres, 35,0% aconteceram na residência. Considerando essa proporção, 1.370 dos 3.903 homicídios registrados

no ano teriam acontecido nesse local, sendo lidos, portanto, como feminicídio.

A redução global não se traduziu em melhora proporcional na segurança das mulheres dentro do ambiente doméstico. Enquanto os homicídios ocorridos fora da residência apresentaram queda significativa (-34,25%), os homicídios dentro de casa mantiveram taxa relativamente estável em torno de 1,2 por 100 mil mulheres. Esse dado evidencia que políticas de segurança pública tradicionais impactam menos os crimes associados à violência íntima.

2) Violência doméstica e impactos socioeconômicos

Segundo o instrutivo do Ministério da Saúde (2016), configuram casos de violência doméstica e intrafamiliar os eventos que ocorrem “entre os parceiros íntimos e entre os membros da família, principalmente no ambiente da casa, mas não unicamente. E toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outra pessoa da família”.

“

No Brasil, em 2023, o risco de uma mulher negra ser assassinada foi 1,7 vezes maior do que o risco de uma mulher não negra.”



O crescimento das vítimas de violência doméstica foi de 22,7%, passando de 144.285 registros em 2022 para 177.086 em 2023. Entretanto, a subnotificação permanece relevante, seja pela limitação da cobertura do sistema de saúde, seja pela dificuldade de registro adequado, mesmo sendo compulsório. Assim, os números oficiais tendem a representar apenas parte da magnitude real do fenômeno.

TABELA 01 - Brasil: Número e percentual de mulheres vítimas de violência por grupo de violência (2022-2023)

Grupo de violência	2022	2023	Variação (em%)
Doméstica	144.285	177.086	22,7
Comunitária	46.131	59.611	29,2
Misto	28.044	34.653	23,6
Institucional	2.780	3.925	41,2
Total	221.240	275.275	24,4

Fonte: Sinan/MS. Elaboração: Diest/Ipea e FBSP. Nota: Microdados do Sinan referentes a 2023 são preliminares e foram coletados em fevereiro de 2025.

Analisando a idade das vítimas, percebemos o quanto crianças e adolescentes do sexo feminino sofrem com a violência doméstica e intrafamiliar no Brasil. Do total de vítimas, 1 em cada 4 tinham entre 0 e 9 anos ou entre 10 e 14 anos, totalizando 24,4% das vítimas. A exposição precoce à violência compromete o desenvolvimento cognitivo e emocional, impactando desempenho escolar e futura inserção produtiva. Assim, a violência doméstica reduz o estoque de capital humano no longo prazo.

Os dados aqui apresentados revelam um grave contexto de violências doméstica e intrafamiliar contra meninas e mulheres no Brasil e ainda são muito subnotificados, seja pela dificuldade de cobertura do sistema ou mesmo pela dificuldade de garantir o preenchimento da ficha de notificação pelo profissional de saúde, ainda

que seja de caráter compulsório. O aumento das notificações implica expansão de despesas públicas com atendimento hospitalar; serviços psicológicos; assistência social; sistema judicial; e medidas protetivas. Esses custos pressionam o orçamento público e reduzem recursos disponíveis para investimentos estruturais.

A violência doméstica reduz a capacidade produtiva feminina por meio de: afastamentos frequentes; queda de desempenho; interrupção da trajetória profissional e evasão do mercado formal. A instabilidade decorrente da violência compromete a progressão salarial e aumenta a vulnerabilidade econômica, perpetuando ciclos de dependência financeira.

A violência de gênero gera efeitos macroeconômicos indiretos como: redução da participação feminina no mercado de trabalho; aumento

da informalidade; menor taxa de empreendedorismo sustentável; e ampliação da desigualdade regional e racial. Ao comprometer a autonomia econômica feminina, a violência restringe o potencial produtivo nacional e dificulta a convergência regional.

3) Diretrizes estratégicas de política pública

O enfrentamento da violência de gênero exige uma abordagem sistêmica e baseada em evidências, reconhecendo que se trata de um fenômeno multidimensional enraizado nas desigualdades estruturais de gênero, na divisão sexual do trabalho e nas vulnerabilidades econômicas. Sob a ótica da economia feminista, essa violência compromete a eficiência econômica, a formação de capital humano e a sustentabilidade do desenvolvimento, demandando políticas que articulem prevenção estrutural, autonomia econômica das mulheres, fortalecimento institucional e coordenação intersetorial. Investimentos em educação para igualdade, campanhas de mudança cultural e programas de masculi-

nidades não violentas geram retornos sociais elevados, reduzindo comportamentos agressivos e os custos associados à saúde, justiça e assistência social.

Paralelamente, o empoderamento econômico feminino é decisivo para romper ciclos de dependência e ampliar a capacidade de autonomia, especialmente quando associado a qualificação profissional, crédito e empreendedorismo. O fortalecimento institucional, com delegacias especializadas, centros de referência, acolhimento e sistemas integrados de proteção, reduz reincidências e evita revitimização, enquanto a articulação entre saúde, assistência, segurança e educação aumenta a eficiência das políticas e evita sobreposição de recursos. Assim, a integração entre prevenção, autonomia econômica e robustez institucional constitui uma estratégia central de desenvolvimento econômico e redução das desigualdades, posicionando o enfrentamento da violência contra as mulheres como imperativo ético, jurídico e de fortalecimento do capital humano nacional.

Referências Bibliográficas

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA 2025 e Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP 2025. Atlas da Violência 2025

AGÊNCIA GOV. Governo Federal lança Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios. 19 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br>. Acesso em: 24 fev. 2026.

BRASIL. Ministério das Mulheres. Cartilha do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres>. Acesso em: 24 fev. 2026



Isabel de Cássia Santos Ribeiro

Graduada em Ciências Econômicas e mestre em Gestão Ambiental na Indústria pela Universidade Federal da Bahia. Analista Técnica do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/BA). Professora em diversas instituições. Ex-presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon-BA).

O Brasil que cresce e adocece

Desigualdades de gênero e riscos psicossociais no trabalho: a NR-1 como instrumento de proteção da saúde mental, da inclusão e da produtividade

POR JANINE ALVES

Crescimento com alerta: pleno emprego e adoecimento

O Brasil encerrou 2025 com a menor taxa de desemprego da série histórica iniciada em 2012: 5,6%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O dado sinaliza uma economia próxima ao pleno emprego e consolida um ciclo de recuperação relevante para o país. Paralelamente ao aquecimento do mercado de trabalho, um fenômeno estrutural avança silenciosamente: o crescimento recorde dos afastamentos do trabalho por transtornos mentais.

Dados do Ministério da Previdência Social revelam que o país registrou, em 2025, mais de 4,1 milhões de afastamentos por incapacidade temporária, um aumento de 17,1% em relação a 2024. Desse total, 546.254 licenças foram concedidas por transtornos mentais (ansiedade, depressão, etc.), o que estabelece o maior patamar da série recente e supera o recorde anterior. Trata-se do segundo ano consecutivo de alta histórica.





O Brasil encerrou 2025 com a menor taxa de desemprego da série histórica iniciada em 2012: 5,6%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. O dado sinaliza uma economia próxima ao pleno emprego e consolida um ciclo de recuperação relevante para o país."

A leitura econômica desses números é clara: o crescimento e a geração de empregos não garantem, por si só, ambientes produtivos saudáveis e sustentáveis. Ao contrário, podem coexistir com intensificação do trabalho, vínculos precários, esgotamento emocional e a propagação de culturas organizacionais tóxicas. Em uma economia que exige inovação contínua, organizações disfuncionais adoecem pessoas e comprometem a produtividade, competitividade e o futuro.

O raio-x do adoecimento em 2025

Em 2025, os transtornos mentais consolidaram-se como o segundo maior motivo de afastamento do trabalho no Brasil, atrás apenas das doenças da coluna. Os dados são do Ministério da Previdência Social (2025), com base nas concessões de benefício por incapacidade temporária registradas pelo INSS. As dores nas costas lideraram o ranking, com 237.113 concessões, seguidas por transtornos de discos intervertebrais (208.727). Mas o dado que redefine o cenário é o avanço da saúde mental:

- 166.489 afastamentos por ansiedade;
- 126.608 afastamentos por depressão;
- Crescimento de 15% em relação ao ano anterior.

Somados, os transtornos mentais já superaram causas historicamente comuns de afastamento, como fraturas. A lista inclui ainda transtorno bipolar, estresse grave, dependência química, esquizofrenia e alcoolismo — todos com crescimento em 2025.

É importante destacar que esses números representam concessões de benefício, e não indivíduos únicos. Uma mesma pessoa pode ter mais de um afastamento no ano. Ainda assim, o volume revela um padrão estrutural de adoecimento.



Por que as mulheres adoecem mais?

A sobrecarga invisível da economia do cuidado:

60% dos afastamentos por saúde mental são de mulheres;

Dupla e tripla jornada;

Desigualdade salarial;
49% dos lares sustentados por mulheres;

Maior exposição a assédio e discriminação.



O impacto fiscal também é expressivo. Deve-se considerar que, em média, os trabalhadores afastados permanecem três meses e recebem cerca de R\$ 2.140 mensais, conforme dados administrativos do INSS. A partir desse montante, estima-se que o custo ao INSS tenha alcançado aproximadamente R\$ 3,5 bilhões apenas com afastamentos por transtornos mentais.

Por que o adoecimento está numa espiral crescente?

Especialistas apontam que os transtornos mentais são multifatoriais, mas convergem em um ponto central: transformações no mercado de trabalho. A pandemia deixou cicatrizes. Mesmo com a redução do desemprego, persistem vínculos precários, intensificação do uso de tecnologia, jornadas extensas e metas agressivas. O resultado é um ambiente propício ao estresse crônico.

Segundo análises clínicas e econômicas, os diagnósticos de ansiedade e depressão costumam refletir processos de desgaste prolongado. O que os dados de 2025 mostram não é um fenômeno súbito, mas a materialização estatística de um sofrimento acumulado.

Estudos privados com grandes amostras de trabalhadores indicam que transtornos mentais podem representar até 6% do custo total da folha de pagamento de empresas. Em organizações de grande porte, isso significa milhões em perdas associadas a afastamentos, rotatividade e queda de produtividade. O problema, portanto, não é apenas de saúde pública — é também econômico.

A dimensão de gênero do adoecimento

Os dados revelam ainda uma forte desigualdade de gênero. Mais de 60% dos afastamentos por saúde mental foram concedidos a mulheres, enquanto homens representam pouco mais de 30%.

Essa diferença reflete sobrecargas estruturais. Mulheres enfrentam jornadas duplas ou triplas, menor remuneração em grande parte das ocupações e maior responsabilidade pelo cuidado familiar. Além disso, quase metade dos lares brasileiros é sustentada por mulheres, o que amplia a pressão financeira e emocional.

A economia do cuidado permanece invisível nas contas nacionais, mas pesa diretamente sobre a saúde mental feminina. O adoecimento das mulheres não é apenas questão social: é fator que impacta renda familiar, consumo e arrecadação tributária.

O cenário por estado

Em números absolutos, estados mais populosos concentram o maior número de afastamentos:

- São Paulo: 149.375;
- Minas Gerais: 83.321;
- Rio Grande do Sul: 46.738;
- Rio de Janeiro: 41.997.

Contudo, quando analisados proporcionalmente à população, estados como Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal apresentam taxas elevadas por 100 mil habitantes. Fatores regionais, como eventos climáticos extremos e reorganizações econômicas, podem influenciar esse quadro.

NR-1: a regulação dos riscos psicossociais

Diante desse cenário, a atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1) torna-se estratégica. Ela passou a incluir formalmente os riscos psicossociais no Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) e exige que empresas identifiquem e mitiguem fatores como metas excessivas, jornadas prolongadas, assédio moral e sexual, ausência de suporte organizacional, conflitos interpessoais e falta de autonomia.

Inicialmente prevista para entrar em vigor em 2025, a medida sofreu adiamento após pressão empresarial, com implementação plena prevista para o dia 26 de maio de 2026. O atraso tem custo mensurável. Se parte dos afastamentos

O que é a NR-1?

A Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1) estabelece as diretrizes gerais sobre **segurança e saúde no trabalho no Brasil**. Ela é a norma estruturante das demais NRs e define as regras para o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), que deve ser implementado por **todas as empresas**.

Com a atualização recente, a NR-1 passou a incluir formalmente os **riscos psicossociais** no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR). Isso significa que fatores como **estresse excessivo, metas abusivas, jornadas prolongadas, assédio moral e sexual, conflitos interpessoais e falta de suporte organizacional** passaram a integrar o escopo de fiscalização.



O que a norma exige da empresa?

Identificação e avaliação de riscos ocupacionais (inclusive psicossociais)

Implementação de medidas preventivas

Monitoramento contínuo dos riscos

Registro formal no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR)

Adoção de ações corretivas quando identificadas situações de adoecimento ou vulnerabilidade

A implementação plena da inclusão dos riscos psicossociais está prevista para **26 de maio de 2026**.

Ao ampliar o conceito de risco ocupacional, a NR-1 reconhece que **saúde mental também é responsabilidade organizacional**, com impactos diretos sobre produtividade, passivos trabalhistas e sustentabilidade empresarial.

decorre de ambientes organizacionais disfuncionais e tóxicos, a postergação da fiscalização contribui para a manutenção do problema.

A NR-1 representa mudança de paradigma: saúde mental deixa de ser questão privada do trabalhador e passa a integrar a responsabilidade organizacional, com consequências sobre o passivo em possíveis ações trabalhistas.

Inclusão, diversidade e prevenção estrutural

Ambientes tóxicos afetam desproporcionalmente mulheres, pessoas negras, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência. Assédio e discriminação são riscos psicossociais que ampliam vulnerabilidades.

Ao exigir mapeamento desses fatores, a NR-1 fortalece políticas de diversidade e inclusão. Programas de equidade de gênero, combate ao racismo estrutural e inclusão de pessoas com deficiência deixam de ser apenas compromissos reputacionais e passam a dialogar diretamente com gestão de riscos e sustentabilidade econômica. A inclusão torna-se instrumento de prevenção.

O processo de inclusão como estratégia econômica estrutural

O debate sobre inclusão não pode ser reduzido a políticas compensatórias ou ações pontuais de responsabilidade social. Inclusão é, antes de tudo, uma estratégia de desenvolvimento econômico.

Quando o mercado de trabalho exclui ou marginaliza grupos específicos — seja por gênero,

raça, deficiência ou orientação sexual — há uma subutilização direta do capital humano. Em um país que enfrenta escassez de mão de obra qualificada e opera próximo ao pleno emprego, excluir talentos não é apenas injusto: é economicamente ineficiente. O processo de inclusão precisa ser compreendido como uma política sistêmica que envolve quatro dimensões centrais:

1. **Acesso** para garantir entrada real no mercado de trabalho por meio de qualificação, combate à discriminação e cumprimento de políticas afirmativas.
2. **Permanência** para criar ambientes organizacionais psicologicamente seguros, com prevenção de assédio e gestão adequada dos riscos psicossociais, conforme previsto na NR-1.
3. **Progressão** para assegurar oportunidades de crescimento, liderança e remuneração equitativa, rompendo o chamado “teto de vidro”.
4. **Representatividade** para inserir diversidade nos espaços decisórios, ampliar a pluralidade de perspectivas e fortalecer a inovação.

Sem essas quatro dimensões articuladas, a inclusão se torna superficial e incapaz de alterar estruturas produtivas. Do ponto de vista macroeconômico, sociedades mais inclusivas apresentam maior mobilidade social, produtividade agregada e estabilidade institucional. Estudos internacionais indicam que desigualdades estruturais reduzem o potencial de crescimento ao limitar a circulação de talentos. Ao contrário,

No contexto brasileiro, onde mais de 60% dos afastamentos por transtornos mentais recaem sobre mulheres, especialmente aquelas submetidas à dupla jornada e à desigualdade salarial, políticas inclusivas podem atuar como mecanismo de proteção econômica."

ambientes inclusivos ampliam a base de contribuintes, fortalecem o consumo e aumentam a arrecadação tributária.

Há uma relação direta entre inclusão e prevenção do adoecimento. Ambientes que valorizam diversidade tendem a reduzir conflitos, discriminação e isolamento social — fatores reconhecidos como riscos psicossociais. A inclusão é agenda identitária e instrumento de mitigação de risco organizacional.

No contexto brasileiro, onde mais de 60% dos afastamentos por transtornos mentais recaem sobre mulheres, especialmente aquelas submetidas à dupla jornada e à desigualdade salarial, políticas inclusivas podem atuar como mecanismo de proteção econômica. Ao promover equidade na divisão do trabalho doméstico, ampliar acesso à creche, estimular licença parental compartilhada e combater práticas discriminatórias, reduz-se o estresse estrutural que impacta diretamente a saúde mental.

A inclusão, portanto, deve ser entendida como política econômica preventiva. Ela preserva talentos, reduz passivos trabalhistas, fortalece a governança corporativa e contribui para um crescimento mais sustentável.

Crescimento econômico exige prevenção e saúde mental

O Brasil vive o paradoxo de registrar desemprego historicamente baixo e, simultaneamente, recordes de afastamento por transtornos mentais. Isso revela que crescimento quantitativo não garante qualidade das relações de trabalho.

Em uma economia próxima ao pleno emprego, preservar capital humano é imperativo estratégico. Adoecimento recorrente reduz produtividade, aumenta custos públicos e compromete competitividade.

A Constituição Federal assegura dignidade e igualdade. Do ponto de vista econômico, ambientes excludentes e psicologicamente inseguros representam desperdício de talento.

Conclusão: é fundamental transformar cultura organizacional para sustentar o crescimento

Os números de 2025 não são apenas estatísticas previdenciárias, mas indicadores econômicos de alerta. Mais de meio milhão de afastamentos por saúde mental e bilhões de reais em custos demonstram que o modelo de organização do trabalho precisa ser revisto. Ambientes e pessoas tóxicas precisam ser identificadas e situações disfuncionais corrigidas para garantir a permanência do trabalhador e a produtividade da empresa.

A NR-1 oferece ferramenta concreta para essa transformação. Ao institucionalizar a gestão dos riscos psicossociais, reconhece que produtividade sustentável depende de ambientes saudáveis. Inclusão, diversidade e saúde mental não são agendas paralelas à economia. São pilares de um projeto de desenvolvimento competitivo e socialmente responsável.

O Brasil já demonstrou capacidade de gerar empregos. O próximo passo é garantir que esses empregos sejam dignos, inclusivos e psicologicamente seguros. Só assim crescimento e bem-estar caminharão na mesma direção.



Janine Alves

Graduada em Ciências Econômicas, mestre e doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento, sempre pela Universidade Federal de Santa Catarina. É vice-líder do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Conhecimento, Aprendizagem e Memória Organizacional na mesma instituição e colunista do portal Making Of. Foi professora da UFSC e da Univali e vice-presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon-SC).



Internacionalização de moedas com características chinesas:

o caso do renminbi

POR JÚLIA LEAL

Introdução

A posição central do dólar americano no Sistema Monetário Internacional (SMI) garante um elevado grau de autonomia de política macroeconômica para os Estados Unidos, permitindo que suas decisões reverberem por toda a economia global. Possuem, assim, um “privilegio exorbitante” em relação aos demais países. Não obstante, a ascensão da China como uma superpotência econômica e financeira lançou luz para o papel de sua moeda, o renminbi, como uma alternativa para contornar a dominação da moeda estadunidense, especialmente entre os países que buscam estratégias de desdolarização. A China, além de ser a segunda maior economia do mundo, exerce influência incontestável tanto no grupo de países do Sul Global quanto no cenário geopolítico internacional.

Pensando nos determinantes para a internacionalização, o tamanho da economia chinesa é um fator fundamental, assim como seu papel nas correntes de comércio, sendo o maior exportador global. Entretanto, existem alguns entraves, sendo o principal a existência de controles sobre a conta capital, visto que a moeda internacional precisa ser facilmente negociável nos mercados financeiros globais. Outro obstáculo é a estrutura do sistema financeiro chinês, que é pouco diversificado, concentrado no setor bancário e fortemente controlado pelo Estado.

Vê-se, portanto, que para consolidar o renminbi como uma moeda mais presente nas transações globais, a China precisaria assegurar a liquidez dos mercados financeiros internacionais e preservar a estabilidade monetária. Na prática,

as cartadas da China no tabuleiro geoeconômico apontam para uma “internacionalização com características chinesas”, isto é, a combinação entre aumentar o uso de sua moeda mas sem renunciar seus preceitos, sendo o principal o elevado controle estatal. Isto posto, o presente trabalho tem o intuito de analisar o processo singular de internacionalização da moeda chinesa, o renminbi (RMB), através de uma periodização dividida em três fases.

O processo singular de internacionalização do renminbi

Desde o início dos anos 2000, a China vem incentivando a internacionalização de sua moeda através de uma série de medidas que serão apresentadas a seguir. Pode-se, assim, argumentar que existe um paradoxo, uma vez que a macroestrutura chinesa se choca com os principais determinantes deste processo. Diante disso, este artigo adota uma periodização para entender as medidas adotadas pela China nos últimos anos, dividida em três fases. A primeira compreende o período entre 2001 e 2007, isto é, início das primeiras medidas efetivas até a eclosão da grande crise financeira. O segundo período engloba os anos entre 2008 e 2016, mostrando uma análise sobre as consequências da crise e a inclusão do renminbi nos Direitos Especiais de Saque (*Special Drawing Rights*, cuja sigla em inglês é SDR). A terceira fase contempla os desdobramentos da pandemia e do recente conflito entre Rússia e Ucrânia.



**A crise financeira de 2008 foi um
impulsionador na internacionalização do
renminbi, devido à instabilidade do sistema
monetário internacional e às incertezas
sobre o papel do dólar americano."**

A internacionalização do renminbi se iniciou de forma moderada na década de 2000, impulsionada pelo ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) e pelo lançamento da estratégia *Going Global*, cujo objetivo foi a internacionalização das empresas chinesas. No primeiro período, pode-se destacar o lançamento dos esquemas *Qualified Foreign Institutional Investor* (QFII), que permitiu a atuação de investidores internacionais selecionados no mercado de capitais chinês utilizando o renminbi, e *Qualified Domestic Institutional Investor* (QDII), que autorizou o investimento de instituições financeiras domésticas da China em produtos financeiros offshore. A partir de 2003, os residentes de Hong Kong passaram a ter permissão para comprar renminbi até um limite diário, estabelecendo a região como um importante centro financeiro *offshore* para a China operar na liquidação de transações cambiais, mas foi apenas em 2007 que as operações começaram a ocorrer de fato em Hong Kong (Allen et al., 2013).

A crise financeira de 2008 foi um impulsionador na internacionalização do renminbi, devido à instabilidade do sistema monetário internacional e às incertezas sobre o papel do dólar americano. Em 2009, foram emitidos os primeiros títulos públicos chineses denominados em renminbi em Hong Kong, conhecidos como *Dim Sum Bonds*. Estes títulos são utilizados por investidores estrangeiros que preferem evitar as restrições de controles de capitais na China, isto é, não conseguem investir na dívida pública interna dentro do território chinês. Já os chamados *Panda bonds* são títulos denominados em renminbi e emitidos por agentes não residentes dentro das fronteiras da China, sendo mais utilizados por investidores nacionais (Eichengreen e Kawai, 2014).

Ainda no segundo período, outros eventos importantes podem ser evidenciados, como o esquema *Renminbi Qualified Foreign Institutional Investor* (RQFII), que permitiu a atuação de instituições estrangeiras pré-qualificadas nos mer-

cados de títulos e de ações dentro do território chinês, e a criação das Zonas de Livre Comércio (*Free Trade Zones*, cuja sigla em inglês é FTZ). Em linhas gerais, o início desta segunda fase foi marcado pelo reforço dos estímulos ao processo de internacionalização do renminbi, como também pelo recuo decorrente dos episódios de desvalorização verificados entre 2015 e 2016, devido à adoção temporária de um regime de câmbio flutuante (Gao, 2023).

No que se pode considerar mais um avanço, ainda em 2015, foi criado um sistema de pagamentos alinhado com os padrões internacionais, o chamado *Cross-Border Interbank Payments System* (CIPS), visando facilitar as transações transfronteiriças denominadas em renminbi. Vale notar que o CIPS é supervisionado pelo PBC e se assemelha ao CHIPS (*Clearing House Interbank Payments System*), a câmara de compensação dos Estados Unidos (Prasad, 2016). No escopo do CIPS, as instituições financeiras são divididas em dois grupos: participantes diretos, que são aqueles que possuem uma conta no CIPS; e indiretos, que operam no sistema através da intermediação dos participantes diretos. Com efeito, os participantes diretos precisam estar incorporados na China para que o PBC possa supervisionar suas operações, que são denominadas

em renminbi (Eichengreen, 2022). Por fim, em novembro de 2015, foi aprovada a inclusão do renminbi como “moeda emergente para negociação forex” no SDR, com vigência a partir do ano seguinte. O SDR é composto por moedas que são emitidas por países-membros do Fundo Monetário Internacional (FMI) com grande participação nas exportações mundiais e consideradas “livremente utilizáveis” (Prasad, 2016).

O último período analisado engloba importantes avanços na integração financeira da China, como a unificação dos esquemas QFII e RQFII (Esquema QFI), com redução nos requisitos de entrada, facilitando a inscrição de investidores internacionais para atuar no mercado de capitais chinês; a iniciativa entre o *Bank for International Settlements* (BIS) e a China para formar um fundo de reserva capaz de fornecer liquidez nos momentos de maior volatilidade e incertezas, denominada de *Renminbi Liquidity Agreement*; e o lançamento do esquema Swap Connect, permitindo o acesso mútuo aos mercados de swap de taxas de juros da China e de Hong Kong.

Outro importante evento a ser mencionado é a eclosão do conflito entre Rússia e Ucrânia, uma vez que as sanções impostas pelos Estados Unidos também possuem consideráveis impactos no avanço do domínio chinês e no movimento



Outro importante evento a ser mencionado é a eclosão do conflito entre Rússia e Ucrânia, uma vez que as sanções impostas pelos Estados Unidos também possuem consideráveis impactos no avanço do domínio chinês e no movimento de desdolarização das regiões do Sul Global."

de desdolarização das regiões do Sul Global. As sanções políticas e financeiras são utilizadas para pressionar outras nações e “armar o dólar”, mas favorecem a busca por moedas alternativas (Zucker-Marques, 2021). Vê-se, portanto, que as sanções possuem uma importância geopolítica e financeira capaz de contribuir para a maior demanda da moeda chinesa.

Como observa Loeb (2021), a maior utilização do renminbi não fornece à China o poder de definir sanções, mas pode enfraquecer a influência daquelas aplicadas pelos Estados Unidos e outros países ocidentais. É nesse contexto que sistemas de pagamentos alternativos tendem a se fortalecer, favorecendo um novo arranjo monetário através da construção de um renminbi mais globalizado. Em resumo, as sanções decorrentes do conflito entre Rússia e Ucrânia abriram um espaço que tem sido progressivamente ocupado pela moeda chinesa, utilizada como uma alternativa ao dólar nas negociações que envolvem os países afetados, bem como aqueles apoiadores do movimento de desdolarização. Por consequência, tal cenário favorece também a utilização do CIPS como um sistema de pagamento internacional alternativo.

Como métrica padrão para entender o uso internacional de uma moeda e sua posição na hierarquia, é comumente utilizado o *Triennial Central Bank Survey*, divulgado pelo *Bank of International Settlements* (BIS) e que oferece os dados sobre a participação no volume de negócios do mercado de câmbio global. Analisando o relatório mais recente, divulgado em setembro de 2025, observa-se que o dólar permanece como a principal moeda veículo, seguido pelo euro, iene e libra.

Em 2022, o renminbi subiu da 8ª para a 5ª posição, na comparação com o relatório de 2019. Em 2025, a moeda chinesa permaneceu na 5ª posição, mas aumentou a sua participação passando de 7,0% para 8,5%. De fato, na comparação com o dólar e as demais moedas centrais, a participação do renminbi é muito pequena, mas é preciso reconhecer os efeitos gerados pelos esforços do governo chinês para internacionalizar sua moeda apesar das amarras ainda existentes.

Considerações finais

O artigo teve o intuito de apresentar uma periodização, dividida em três fases, do processo de internacionalização do renminbi. No primeiro período, pode-se destacar a entrada da China na OMC, a estratégia *Going Global* (responsável pela internacionalização das empresas chinesas), lançamento dos esquemas QFII e QDII, além do estabelecimento de Hong Kong como centro financeiro *offshore*. No segundo, o PBC firmou acordos bilaterais de *swaps* cambiais com outros bancos centrais, houve a liberação para aberturas de contas denominadas ou vinculadas em renminbi para qualquer empresa do mundo, lançamento do esquema RQFII e a criação do CIPS. O período se encerra com a inclusão do renminbi como “moeda emergente para negociação forex” no SDR.

Por fim, a terceira fase contempla os desdobramentos da pandemia e do recente conflito entre Rússia e Ucrânia. Apesar dos desafios impostos pelo avanço nos casos de COVID-19, a economia chinesa não foi severamente impactada e instituições financeiras, empresas chi-



A utilização do renminbi vem aumentando significativamente nos últimos anos e tem como relação direta o papel ativo do Estado chinês."

nesas e estrangeiras utilizaram altos níveis de renminbi para liquidação de comércio internacional. Adicionalmente, foram retirados os requisitos de cota para os esquemas QFII e QDII e houve o lançamento do QFI (unificação do QFII e do RQFII).

Em resumo, a moeda chinesa subiu algumas posições na hierarquia, mas ainda se encontra atrás do dólar americano e das demais moedas centrais. Ainda que o renminbi não possa ser denominado de moeda central, a terminolo-

gia moeda periférica também já não lhe serve. É necessário exaltar que a utilização do renminbi vem aumentando significativamente nos últimos anos e tem como relação direta o papel ativo do Estado chinês. Adicionalmente, os acontecimentos recentes apontam para um movimento de desdolarização nos países do Sul Global, resultado das sanções impostas pelos Estados Unidos e da expansão dos acordos bilaterais firmados pela China, bem como do fortalecimento do BRICS.

Referências Bibliográficas

Allen et al. China's Financial System: Opportunities and Challenges. In: Fan, J.; Morck, R. (Eds.). Capitalizing China. Chicago: The University of Chicago Press, cap. 2, p. 63-148, 2013.

Bank for International Settlements. Triennial Central Bank Survey: OTC foreign exchange turnover in April 2025. Disponível em: https://www.bis.org/statistics/rpfx25_fx.pdf. Acesso em: 17/02/2026.

Eichengreen, B.; Kawai, M. Issues for Renminbi Internationalization: An Overview. ADBI Working Paper Series, n. 454, jan. 2014.

Eichengreen, B. Sanctions, SWIFT, and China's Cross-Border Interbank Payments System. The Marshall Papers, CSIS Briefs, mai. 2022.

Gao, H. The role of China in the international financial system. Oxford Review of Economic Policy, n. 39, p. 231–244. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1093/oxrep/grad002system>

Loeb, T. The global RMB is coming. Here's why. Business & Technology, Nova York, 15 abr. 2021. Disponível em: <https://thechinaproject.com/2021/04/15/the-global-rmb-is-coming-heres-why/>. Acesso em: 18/02/2026.

Prasad, E. China's efforts to expand the international use of the Renminbi. U.S.-China Economic and Security Review Commission, fev. 2016.

Zucker-Marques, M. Financial statecraft and transaction costs: the case of renminbi internationalization. Discussion Paper, School of Business & Economics, set. 2021.



Júlia Leal

Graduada e doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestre em Economia pela Universidade Federal Fluminense.

Além do teto de vidro:

o “degrau quebrado” e o impacto sistêmico da maternidade na economia brasileira

POR CAMILA ISHIDA

1) Introdução: a desconstrução da meritocracia corporativa

A discussão sobre diversidade de gênero no cenário corporativo, embora fundamental, frequentemente se limita à análise do “teto de vidro” – barreiras invisíveis que impedem mulheres de ascenderem aos cargos de alta liderança. No entanto, a ciência de dados e estudos aprofundados revelam uma patologia mais insidiosa e estruturalmente prejudicial: o “degrau quebrado” (broken rung).

Diferentemente do “teto de vidro”, que atua nas esferas mais elevadas da hierarquia, o “degrau quebrado” refere-se especificamente à falha crítica na transição da base operacional para a primeira posição de liderança, geralmente um cargo de gerência de nível básico. É neste ponto crucial da carreira que a paridade de talentos na base da pirâmide é dramaticamente interrompida, impedindo que mulheres qualificadas sequer iniciem uma trajetória de liderança.

O conceito do “degrau quebrado” foi cunhado a partir de uma pesquisa seminal realizada pela Lean In e McKinsey & Company (2024), que, ao analisar dados corporativos, identificou que o principal entrave para a progressão feminina não se encontrava no acesso ao C-level, mas sim na primeira promoção a cargos de gestão. Este achado revolucionou a compreensão sobre a dinâmica da desigualdade de gênero nas empresas, apontando para a necessidade de intervir muito mais cedo na pipeline de talentos.

Este artigo aprofundará as causas e consequências do “degrau quebrado” no Brasil, analisando os fatores que contribuem para essa exclusão precoce, desde vieses inconscientes e a “pena da maternidade” até a carência de políticas de apoio, além dos impactos não apenas para a equidade de gênero, mas também para a produtividade econômica e a sustentabilidade social do país.

2) A maternidade como variável de ajuste macroeconômico

O “degrau quebrado” não é falta de ambição feminina, mas uma falha de design organizacional que não acomoda a transição social da maternidade, transformando um evento vital em um passivo profissional (MCKINSEY, 2024). Essa dinâmica complexa é amplamente conhecida como “pena da maternidade” (motherhood penalty).





Ela refere-se ao conjunto de desvantagens econômicas e profissionais que mulheres enfrentam no mercado de trabalho após se tornarem mães. Seus mecanismos são multifacetados e incluem:

- Discriminação direta e indireta: Estudos consistentemente demonstram que mães são percebidas como menos competentes, menos comprometidas e menos confiáveis do que mulheres sem filhos ou homens, tanto com quanto sem filhos.

- Vieses inconscientes e estereótipos: Prevalencem estereótipos de gênero que associam a mulher primariamente ao papel de cuidadora, levando à suposição de que a maternidade reduzirá sua disponibilidade e foco no trabalho.

- Interrupções de carreira e flexibilidade limitada: A necessidade de licença-maternidade e, muitas vezes, a busca por horários mais flexíveis ou meio período (nem sempre disponíveis ou vistos com bons olhos) podem desacelerar a progressão de carreira, resultando em menor acúmulo de experiência e, conseqüentemente, em salários e posições inferiores.

A "pena da maternidade" manifesta-se como o custo imediato e individualizado imposto às mulheres, mas sua raiz reside na função da maternidade como variável de ajuste macroeconômico. Nesta dinâmica, o sistema econômico brasileiro evita a adaptação estrutural à parentalidade, forçando a mulher a ajustar sua trajetória profissional através da redução de carga horária, interrupção da carreira ou aceitação de cargos

subqualificados. Esse ajuste forçado é o combustível que alimenta o "degrau quebrado", funcionando como um filtro invisível que estanca a ascensão feminina exatamente na transição para a primeira gerência, transformando uma fase vital em um passivo financeiro e profissional.

Nesse cenário, o Brasil opera com uma expressiva capacidade ociosa de talento feminino. Este potencial não realizado, segundo estimativas da FIESP (2025), sugere que a plena integração das mulheres no mercado de trabalho em condições equitativas poderia elevar o PIB em até 3,3% em menos de uma década. Essa quantificação da lacuna econômica evidencia não só a injustiça social, mas também a ineficiência econômica de um sistema que não valoriza e retém a totalidade de seu capital humano.

3) Pobreza de tempo e a Economia do Cuidado

O "degrau quebrado" é sustentado pela desigual distribuição da Economia do Cuidado. O trabalho não remunerado realizado por mulheres no Brasil equivale a aproximadamente 11% do PIB nacional, se monetizado (ALVES, 2024).

A Economia do Cuidado refere-se ao conjunto de atividades e serviços essenciais para a manutenção da vida, o bem-estar das pessoas e a reprodução social, que incluem o cuidado com crianças, idosos, doentes, e as tarefas domésticas. A predominância feminina nesta esfera do trabalho tem um impacto direto e profundo na vida profissional das mulheres. Elas enfrentam



A Economia do Cuidado refere-se ao conjunto de atividades e serviços essenciais para a manutenção da vida (...). A predominância feminina nesta esfera do trabalho tem um impacto direto e profundo na vida profissional das mulheres."

uma carga dupla que limita sua capacidade de investir em educação continuada, networking, horas extras ou ascensão profissional, muitas vezes forçadas a escolher entre carreira e responsabilidades familiares, ou a gerenciar ambas sob estresse extremo, o que culmina em esgotamento profissional e pessoal.

Esta "pobreza de tempo" cria uma barreira para cargos de gerência, que ainda exigem disponibilidade total. A pobreza de tempo manifesta-se na escassez de tempo para si, seja para lazer, descanso, desenvolvimento pessoal ou profissional, resultando em uma restrição significativa nas oportunidades de carreira das mulheres. A impossibilidade de se dedicar integralmente a exigências de trabalho, como longas jornadas, viagens ou eventos fora do horário comercial, impede-as de assumir posições de maior responsabilidade e liderança, onde a disponibilidade total é, erroneamente, vista como um pré-requisito inegociável.

A conexão entre a economia do cuidado e o "degrau quebrado" é fundamental: a sobrecarga de responsabilidades de cuidado sem o devido suporte estrutural é um dos principais fatores que impedem as mulheres de dar o primeiro passo na escada corporativa, ou as força a se estagnar em níveis mais baixos. A falta de políticas de apoio ao cuidado, como creches acessíveis, licença parental equitativa e flexibilidade no trabalho, perpetua a exclusão feminina dos cargos de liderança, solidificando o "degrau quebrado" que as impede de avançar.

4) O papel do estado e as políticas de gestão estratégica

A reparação do fluxo de talentos exige que o Estado trate a maternidade como uma externalidade positiva. O investimento em infraestrutura de cuidado (creches e escolas de tempo integral) deve ser analisado sob a ótica do retorno social e ciclo virtuoso econômico.

A maternidade como externalidade positiva refere-se ao conceito econômico de que a geração e criação de novas vidas trazem benefícios sociais e econômicos que se estendem muito além da família direta, impactando positivamente toda a sociedade. Estes benefícios incluem a formação da futura força de trabalho, a inovação, o consumo, a arrecadação de impostos e a perpetuação da sociedade e da cultura. Portanto, ao invés de ser vista como um custo ou uma responsabilidade puramente individual, a maternidade deve ser reconhecida e apoiada pelo Estado como um investimento social que gera retornos amplos e difusos, justificando políticas públicas robustas de suporte.

O investimento em infraestrutura de cuidado abrange uma gama de políticas essenciais. Destacam-se as creches e pré-escolas de tempo integral, que oferecem cuidado e educação de qualidade para crianças, liberando pais e mães para o mercado de trabalho. Além disso, a expansão de escolas em tempo integral para crianças mais velhas e políticas de licença parental equitativa e remunerada são cruciais. A licença paren-





Cada real investido na infraestrutura de cuidado não é um gasto, mas um catalisador econômico que promove a liberação da força de trabalho feminina para posições de maior valor agregado."

tal, em particular, não só apoia os pais no início da vida de seus filhos, mas também promove uma distribuição mais equitativa das responsabilidades de cuidado entre homens e mulheres, combatendo estereótipos de gênero e permitindo que as mulheres reintegrem o mercado de trabalho sem penalizações significativas.

Cada real investido na infraestrutura de cuidado não é um gasto, mas um catalisador econômico que promove a liberação da força de trabalho feminina para posições de maior valor agregado. Ao garantir que as responsabilidades de cuidado não sejam um impedimento intransponível, essas políticas permitem que mulheres busquem educação superior e especialização e dediquem-se a carreiras mais exigentes e com maior remuneração. O IPEA (2024) sugere que os ganhos de produtividade e a consequente arrecadação tributária gerada pela maior participação feminina em cargos qualificados superam significativamente o custo do investimento inicial em infraestrutura de cuidado, evidenciando um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico e social.

Além do investimento em cuidado, a transparência salarial e de promoção é um pilar fundamental para corrigir distorções. Em 2026, com a efetivação da Lei nº 14.611 (BRASIL, 2023), a obrigatoriedade da transparência salarial e de critérios de promoção para empresas com mais de 100 empregados se tornará uma ferramenta poderosa. Esta legislação visa identificar e combater vieses inconscientes e discriminações diretas na remuneração e ascensão profissional. Ao expor disparidades, a lei incentiva as organi-

zações a revisar suas práticas, promover a equidade de gênero e garantir que promoções sejam baseadas em mérito e qualificação, e não em preconceitos de gênero, contribuindo diretamente para mitigar o "degrau quebrado".

5. Considerações Finais

Ao longo deste artigo, evidenciamos que o "degrau quebrado" – a primeira e mais crítica barreira na ascensão feminina a posições de liderança – não é apenas uma injustiça social, mas uma falha sistêmica com profundas ramificações econômicas. A sub-representação feminina nas fileiras gerenciais impede as organizações de capitalizar plenamente a inteligência coletiva, a inovação e a resiliência que a diversidade de gênero comprovadamente proporciona. Os dados apontam para perdas substanciais em produtividade, retorno sobre investimento social e uma vasta capacidade intelectual ociosa, freando o crescimento econômico e a competitividade global de nações como o Brasil.

Neste cenário complexo e dinâmico, a liderança não pode mais ser um privilégio de poucos ou um exercício solitário. A liderança do futuro, intrinsecamente pós-heroica (FURTADO; STORY; TAVARES, 2025), emerge como um catalisador fundamental, capaz de orquestrar a sinergia entre pessoas, tecnologia e propósito. Pessoas, com suas múltiplas perspectivas e talentos, são o capital insubstituível que impulsiona a criatividade e a adaptabilidade. A tecnologia é a ferramenta que amplifica a colaboração, automatiza

tarefas e gera insights, mas exige líderes capazes de direcioná-la para soluções humanizadas e éticas. E o propósito, cada vez mais central na atração e retenção de talentos e consumidores, é o norte moral e estratégico que confere significado às ações e decisões. Alinhar esses três pilares é o desafio central, e a diversidade de gênero na liderança é um pré-requisito para alcançá-lo com sucesso, assegurando que o propósito da organização seja intrinsecamente inclusivo e que a tecnologia sirva a todos de forma equitativa.

Além disso, o Estado precisa promover políticas públicas robustas, como a fiscalização da Lei de Igualdade Salarial, a expansão da rede de creches e o incentivo à licença parental compartilhada, criando um ambiente institucional que apoie a mulher trabalhadora e mãe. E a socie-

dade civil tem o papel de desafiar normas sociais e culturais arraigadas, educar para a igualdade desde cedo e exigir responsabilidade de líderes e instituições, fomentando uma mudança de mentalidade coletiva.

A urgência de agir é inegável; os custos da inação são altos e crescentes. Contudo, esta urgência se cruza com uma oportunidade ímpar. O momento atual, marcado por transformações tecnológicas e sociais, oferece a chance de redefinir os parâmetros da liderança e do desenvolvimento econômico. É a oportunidade de construir um Brasil mais próspero, inovador e equitativo, onde o potencial de cada indivíduo seja plenamente realizado, e onde a liderança feminina seja reconhecida não como um benefício colateral, mas como o motor central do progresso.

Referências Bibliográficas

ALVES, J. E. D. A economia do cuidado e a desigualdade de gênero no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

BRASIL. Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023 (Igualdade Salarial e Transparência). Brasília, DF: Presidência da República, 2023.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP). Mulheres na Liderança e o Impacto no PIB Brasileiro: Relatório 2025. São Paulo: FIESP, 2025.

FURTADO, L.; STORY, J.; TAVARES, G. M. Como liderar perante grandes transformações. GV-Executivo, São Paulo, v. 24, n. 3, 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça. 12. ed. Brasília: IPEA, 2024.

MCKINSEY & COMPANY. Women in the Workplace 2024: The Broken Rung Analysis. New York: McKinsey Global Institute, 2024.



Camila Ishida

Economista e pós-graduanda em Administração de Empresas pela FGV. Atua como consultora de finanças pessoais, com foco em planejamento estratégico e saúde financeira. Sua trajetória profissional concilia a análise técnica econômica com o desenvolvimento de soluções financeiras personalizadas.

O Brasil e a proposta de acordo global para mitigação, adaptação e compensação climática apresentado na COP30

POR ANA CRISTINA GUIMARÃES CARNEIRO, ISABEL CRISTINA PEREIRA DE OLIVEIRA E POEMA ISIS ANDRADE DE SOUZA

1) Introdução

Este artigo é fundamentado na obra “Um grande acordo para mitigação, adaptação e compensação climática”, escrita por Abhijit Banerjee, Esther Duflo e Michael Greenstone para o Comitê *Ad Hoc* da Conferência das Partes (COP30) realizada no Brasil em novembro de 2025, com o objetivo de apresentar uma proposta que contribua para o financiamento e uma governança climática global entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e os países de baixa e média renda (PBMR). Ao final, apresenta-se o papel do Brasil nas estratégias apresentadas pelo modelo.

2) O papel das COPs

A Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) entrou em vigor em 1994 e, desde então, os países signatários passaram a se reunir anualmente para discutir ações de mitigação das mudanças climáticas. Esses encontros foram denominados de COPs e têm por objetivo orientar e determinar o processo de negociação sobre metas e prazos específicos para a redução dos gases do efeito estufa (CARVALHO et al, 2002).

Anualmente, a Conferência das Partes se reúne a fim de estabelecer acordos em relação às metas de emissão e estratégias de financia-



mento, especialmente no que concerne aos países mais vulneráveis e principais afetados pelas mudanças climáticas. Durante esse tempo foi perceptível a dificuldade de implementar metas reais e amplamente aceitas por todos os países, especialmente os países desenvolvidos, responsáveis por parte significativa das emissões e por iniciarem as estratégias de financiamento das ações de mitigação e adaptação em países em desenvolvimento.

A partir da premissa de que acordos globais estão retardando as estratégias de redução das emissões (embora tenha havido avanços em relação aos acordos de metas e propostas de financiamento), a COP30 tinha como principais objetivos apresentar ações concretas em relação às metas de emissões e à implementação do Acordo de Paris e pensar em ações para implementar e garantir o financiamento de projetos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas nos países em desenvolvimento. Por esse motivo, a proposta aqui trazida pelo grande acordo global foi apontar caminhos mais realistas para a implementação dessas ações.

3) O grande acordo global - COP30

O objetivo central dos autores Abhijit Banerjee, Esther Duflo e Michael Greenstone no texto “Um grande acordo para mitigação, adaptação e compensação climática”, trazido para o Comitê *Ad Hoc* da COP30, foi apresentar uma proposta factível de financiamento, baseada em estudos já amplamente difundidos pela UNFCCC e pela própria Conferência das Partes, a fim de implementar ações anteriormente já aprovadas pela Convenção do Clima: reduzir emissões e financiar projetos de transição energética, florestamento e adaptação às mudanças climáticas em países em desenvolvimento.

A proposta é baseada em estudos que comprovam que os PBMR emitem menos CO₂ *per capita*, mas sofrem com quase todos os impactos provocados pelas mudanças climáticas, de modo que os maiores índices de mortalidade ocorreram nesses países. Além disso, pelo baixo comprometimento dos países em relação a uma política global de financiamento, as decisões se tornam lentas, com recursos insuficientes e

um nível de burocracia elevado para acessar os recursos de financiamento.

Observa-se que a proposta mantém todas as decisões já tomadas anteriormente nas COPs, de modo que o princípio poluidor-pagador permanece sendo o principal instrumento econômico na gestão da política global de mudanças climáticas. Nesse caso, os autores defendem que os países da OCDE são os responsáveis pelas maiores emissões históricas e que os resultados dos seus níveis de desenvolvimento (benefícios) foram às custas de tais emissões, gerando externalidades negativas globais. Por esse motivo, devem compensar os danos (custos) causados pelas mudanças climáticas em países de baixa e média renda, especialmente os relacionados às mortes, doenças e impactos na infraestrutura, ressaltando a existência de injustiça climática entre as partes.

Para tornar o modelo mais transparente e mais fácil de projetar, em vez de incluir todos os impactos possíveis, foi considerado apenas o impacto do aumento da temperatura na mortalidade humana. Assim, o Custo Social do Carbono (CSC) relaciona que cada tonelada de CO₂ emitida hoje contribui para o aumento da temperatura global e, por consequência, dos índices de mortalidade em países mais pobres e quentes. Assim, cada morte é monetizada usando o Valor Estatístico da Vida (VEV) – que, em padrão de políticas públicas internacionais, equivale a US\$ 2 milhões por vida.

A proposta apresenta um modelo de como os recursos da compensação climática devem ser distribuídos e utilizados, superando as falhas observadas nos atuais mecanismos internacionais de financiamento climático, com base em quatro forças motrizes, a saber: precisa ser previsível (atualmente os recursos são incertos e instáveis, dependentes de promessas e acordos nem sempre praticados), automático (hoje os países precisam submeter projetos complexos, passar por burocracias internacionais e competir entre si por recursos escassos), imediato (a liberação imediata dos recursos contribui para o fortalecimento das ações emergenciais durante, ou logo após, a ocorrência de eventos extremos) e regular (os recursos precisam ser transferidos de forma contínua e recorrente e não apenas em situações de eventos extremos).

A partir dessas 4 forças motrizes, a proposta garante um maior nível de planejamento, capacidade de resolução mais rápida dos problemas e autonomia dos países beneficiados na tomada de decisão, rompendo com a lógica assistencialista do financiamento climático atual. Para isso, ela é fundamentada em 3 eixos principais:

Eixo 1 - Transferência de renda direta para que os indivíduos tenham autonomia na tomada de decisão sobre ações concretas de como adaptar as moradias aos eventos extremos. Essa transferência é dividida em três categorias: a) Renda básica universal; b) Transferência universal de ativos, definida como uma transferência pontual e periódica para financiar melhorias estruturais; e c) Renda básica acionada por clima extremo.

Eixo 2 - O principal objetivo das subvenções comunitárias é financiar bens públicos que aumentem a capacidade de resiliência das comunidades, cabendo aos grupos sociais tomarem decisões que contribuam para a redução de riscos coletivos, como obras de drenagem e contenção, proteção contra enchentes e abrigos.

Eixo 3 - Esse eixo tem por objetivo proteger a capacidade fiscal dos países mais pobres frente a choques climáticos de larga escala, com

recursos a serem liberados de forma automática para os governos após eventos extremos, considerando a intensidade do evento, região afetada e população exposta ao evento.

A proposta reconhece que os impactos das mudanças climáticas afetam simultaneamente pessoas, comunidades e governos. Por isso, apresenta uma estratégia de financiamento que garante ações concretas nesses três níveis de atuação, combinando renda básica, investimento comunitário e seguro governamental de forma previsível, automática, imediata e regular.

A lógica por trás deste acordo global é resolver um impasse histórico que coloca, de um lado, países pobres que demandam justiça climática e compensação pelas perdas advindas dos impactos climáticos e, do outro lado, países desenvolvidos que exigem redução de emissões globais advindas, também, de países pobres.

Para participarem dessas estratégias de financiamento, os países precisam acatar as regras do modelo, evitando o uso político da proposta e garantindo que os recursos cheguem rapidamente aos mais afetados. O segundo passo é exigir desses países a precificação do carbono por meio de imposto direto ou por meio do comércio de emissões, com preços diferenciados com base no nível de renda dos países.



A lógica por trás deste acordo global é resolver um impasse histórico que coloca, de um lado, países pobres que demandam justiça climática e compensação pelas perdas advindas dos impactos climáticos e, do outro lado, países desenvolvidos que exigem redução de emissões globais advindas, também, de países pobres."

Essa diferenciação no preço do carbono garante a justiça distributiva, uma vez que um preço único global penalizaria os países mais pobres. Além disso, reconhece o princípio do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo com responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

Os autores estimam que a adesão dos países de baixa e média renda ao modelo contribuiria na redução de 125 bilhões de toneladas de CO₂ até 2050, advindas de melhorias tecnológicas nos processos produtivos e transição energética. Além disso, o modelo apresenta um impacto econômico de US\$ 28,6 trilhões de danos climáticos evitados, tornando-se uma proposta inovadora do ponto de vista político e institucional, evitando promessas voluntárias e com incentivos claros e mensuráveis combinando ética e eficiência econômica.

4) O papel do Brasil na estrutura operacional do acordo global

De modo geral, o modelo proposto tem como principal mérito a construção de um método simples e transparente para a mensuração dos danos climáticos, baseado no custo social do carbono associado à mortalidade. Ele se apresenta como uma alternativa frente aos problemas relacionados ao financiamento climático e sua baixa capacidade de execução atualmente.

Por outro lado, o maior desafio para países de média e baixa renda, marcados por diferenças institucionais e desigualdades sociais, é garantir acesso ao financiamento, uma vez que a inserção do país dentro da proposta exige um sistema confiável de cadastro populacional, com acesso ao sistema financeiro para populações de baixa renda e coordenação da política nos níveis nacional, estadual e municipal, assim como estabilidade política e institucional para a execução da proposta.

Neste sentido, o Brasil pode ser utilizado como piloto para a viabilidade técnica da proposta, haja vista que o país apresenta condições institucionais favoráveis para a execução do modelo, a saber:

- Possui experiência com transferências diretas de renda (Eixo 1);

- Capacidade técnica em instituições de pesquisas estatísticas, mensuração de emissões, monitoramento e governança dos recursos e existência de Conselhos Municipais de Meio Ambiente, a serem utilizados como espaço de tomada de decisão coletiva (Eixo 2);

- Um sistema estruturado de gestão de riscos e resposta a desastres, ancorado no Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), que já opera com protocolos padronizados de reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública (Eixo 3);

- Um mercado regulado de carbono em discussão e instrumentos de precificação ambiental em construção, por meio do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões - SBCE (Lei nº 15.042/2024);

- Apresenta um papel diplomático nas COPs frente às mudanças climáticas e à defesa de recursos por meio da tributação de bilionários, alinhada às fontes de financiamento propostas no Eixo 2.

5) Considerações finais

A partir do exposto, o modelo proposto por Abhijit Banerjee, Esther Duflo e Michael Greenstone pode se tornar um caminho viável a ser adotado pelos países signatários da UNFCCC. Para a operacionalização, o Brasil tem plena capacidade técnica e institucional de implementar e executar a proposta de mitigação, adaptação e compensação climática e tornar-se referência regional da proposta.

Por outro lado, também apresenta algumas limitações que precisam ser consideradas, uma vez que a discussão sobre a precificação do carbono é um tema sensível na política interna do país, sobretudo em setores relacionados ao agronegócio e à transição energética (impactos em populações rurais), havendo a necessidade de uma grande articulação política e institucional que possa alinhar os custos advindos da precificação do carbono e abertura de entrada de recursos externos e justiça climática, tendo com saldo a redução das emissões nacionais e melhoria nos processos de adaptação às mudanças climáticas, com redução de impactos econômicos e sociais.

Referências Bibliográficas

BANERJEE, Abhijit, DUFLO, Esther e GRRENSTONE, Michael. A grand bargain for climate mitigation, adaptation and compensation. Disponível em: <https://sl1nk.com/6Vy4v> Acesso em 30 dez. 2025.

BRASIL. Lei Nº 15.042 de 11 de dezembro de 2024. Institui Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L15042.htm Acesso em 30 dez. 2025.

CARVALHO, Georgia et al. Perguntas e Respostas sobre Mudanças Climáticas. Belém: IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, 2002.



Ana Cristina Guimarães Carneiro

Graduada pela Universidade Católica de Pernambuco e doutora em Economia na Universidade Federal de Pernambuco. Professora do Departamento de Economia da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Conselheira do Conselho Regional de Economia (Corecon-PE).



Isabel Cristina Pereira de Oliveira

Graduada pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, mestre em Ciência Ambiental pela Universidade Federal Fluminense e doutora em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora do Departamento de Economia da Universidade Federal Rural de Pernambuco.



Poema Isis Andrade de Souza

Graduada, mestre e doutora em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco. Pós-doutoranda na Universidade de Zaragoza (Espanha). Professora do Departamento de Economia da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Conselheira e ex-presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon-PE).

A DESCOMPLICANDO ECONOMIA

Confira a publicação em quadrinhos com conceitos econômicos mais acessíveis ao público em geral!



Saiba mais!

Aponte a câmera do seu celular para o código QR!



Dinâmica do setor farmacêutico e químico nos países do BRICS

POR ANA JULIA DINIZ MESQUITA, IARA FERNANDA VENTURINE MACHIAVELLI E LAURA ALVES PARAÍZO

1) Introdução

Os países em desenvolvimento enfrentam desafios ao buscarem processos de progresso técnico, como menor produtividade, falta de mão de obra qualificada e infraestrutura, tendência à dependência tecnológica e falta de cumulatividade de conhecimento trazido pelo desenvolvimento tecnológico. Com isso, esses países permanecem em posições subalternas nas cadeias globais de valor devido ao caráter de dependência externa.

O processo inovativo é cumulativo, o que significa que o conhecimento previamente acumulado contribui para a geração de mais inovações. Esse conhecimento tende a ser específico de cada empresa e, conseqüentemente, dos setores nos quais estão inseridas. As relações de competitividade das empresas ficam muitas vezes concentradas em empresas tradicionais que acumularam conhecimento e então conseguem enxergar oportunidades tecnológicas a partir de conhecimentos prévios (Pavitt, 1984).

As indústrias química e farmacêutica são setores associados às firmas baseadas em ciência, ou seja, caracterizados por serem intensivos em P&D, sofisticados e difíceis para novos entrantes devido à cumulatividade de conhecimentos necessários. Além disso, são heterogêneos em suas trajetórias tecnológicas, combinando tanto inovações radicais, associadas à introdução de novos produtos, quanto inovações incrementais, relacionadas a melhorias de processos e de formulações, dependendo do produto final e da estratégia de cada firma.

Para além das características tecnológicas endógenas às empresas, há interações relevantes entre agentes não empresariais, diversas instituições que compõem a trajetória da geração de inovação das firmas, como laboratórios de pesquisa, universidades, etc. Cada país possui uma estrutura de base de conhecimento e regulamentações - diferenciações que podem promover ou prejudicar o avanço tecnológico considerando as especificidades dos setores. Não se trata somente da competitividade entre as empresas e países, mas do envoltório em que elas se situam.

2) Dinamismo setorial

A partir de uma literatura selecionada, com foco no campo da economia evolucionária, será feita uma análise sistêmica comparando os setores da indústria farmacêutica e química dos países do BRICS no período entre 2003 e 2023, a partir de dados do Comtrade. Dessa forma, para metrificar os resultados obtidos em termos de competitividade setorial, será utilizado o *market share* das exportações a nível global, como proposto por Dosi, Grazzi e Moschella (2015).

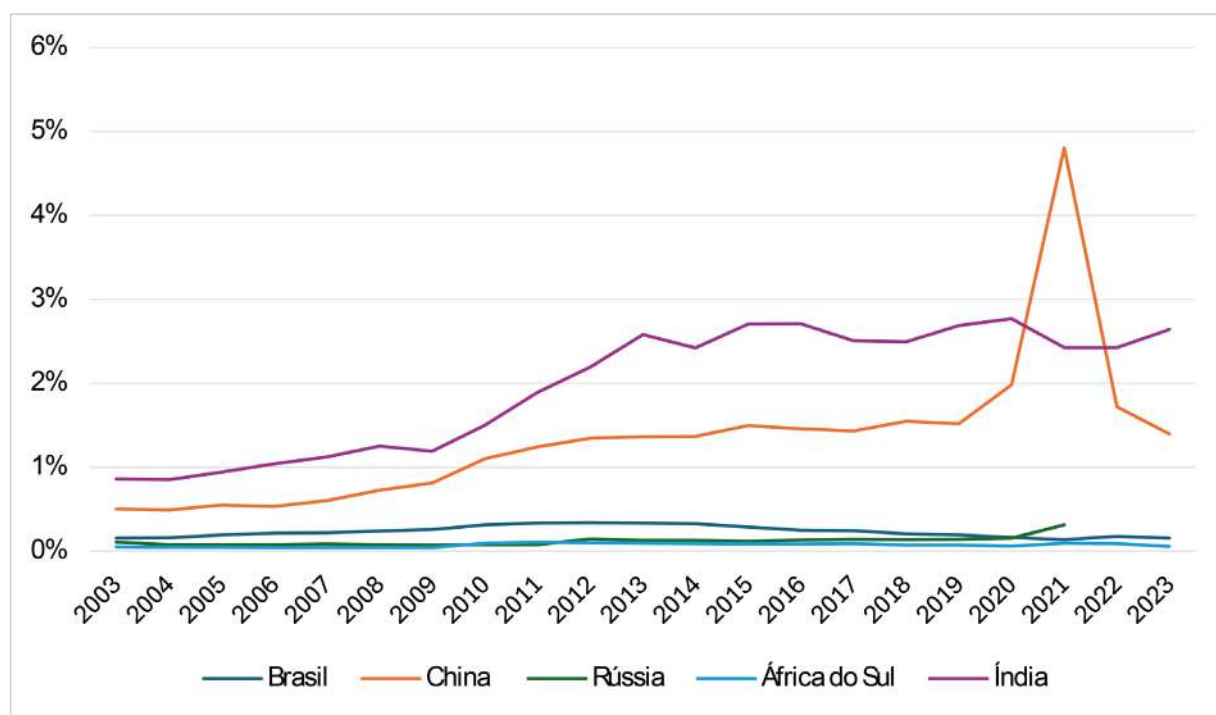
Dentre as principais particularidades do setor farmacêutico, nota-se a necessidade sistêmica de Pesquisa e Desenvolvimento, altos investimentos inovativos e longo tempo de maturação; mas trata-se, também, de um setor rentável e benéfico para o desenvolvimento econômico nacional e internacional, sendo a tendência do aumento do valor do medicamento a justificativa



para a alta lucratividade, ainda que os esforços em estudos também estejam se tornando mais caros (OECD, 2018; IFPMA, 2022).

Ademais, o alto grau de cumulatividade garante barreiras à entrada de novos players, o que resulta em maiores níveis de apropriabilidade e oportunidade. Assim, trata-se de um setor tradicionalmente oligopolizado, com empresas atuantes no mercado a nível global. Além disso, os medicamentos comercializados podem ser agrupados de quatro formas: produtos de referência, genéricos, similares e OTC¹, sendo o primeiro o mais rentável, pois garante patenteamento à firma inovadora (Franculino, Gomes e Hasenclever, 2021).

Gráfico 1: evolução do market share da indústria farmacêutica nos países do BRICS:



Fonte: Comtrade, 2025. Elaboração própria.

No que diz respeito ao desempenho obtido pelos países selecionados no setor farmacêutico, destacam-se ganhos de competitividade somente da China e da Índia entre 2003 e 2023, ao passo que Rússia², Brasil e África do Sul seguem com menor participação e sem aumentos de *market share*.

Neste setor centram-se os ganhos de competitividade na indústria chinesa e, de maneira bastante discreta, para a Índia. O setor químico russo chegou a ter ganhos significativos entre 2003 e 2012, mas que paulatinamente caíram em todos os anos seguintes, com exceção de 2021. A participação das exportações, nos casos do Brasil e da África do Sul, seguiu bastante estável e relativamente baixa em todo o período de análise.

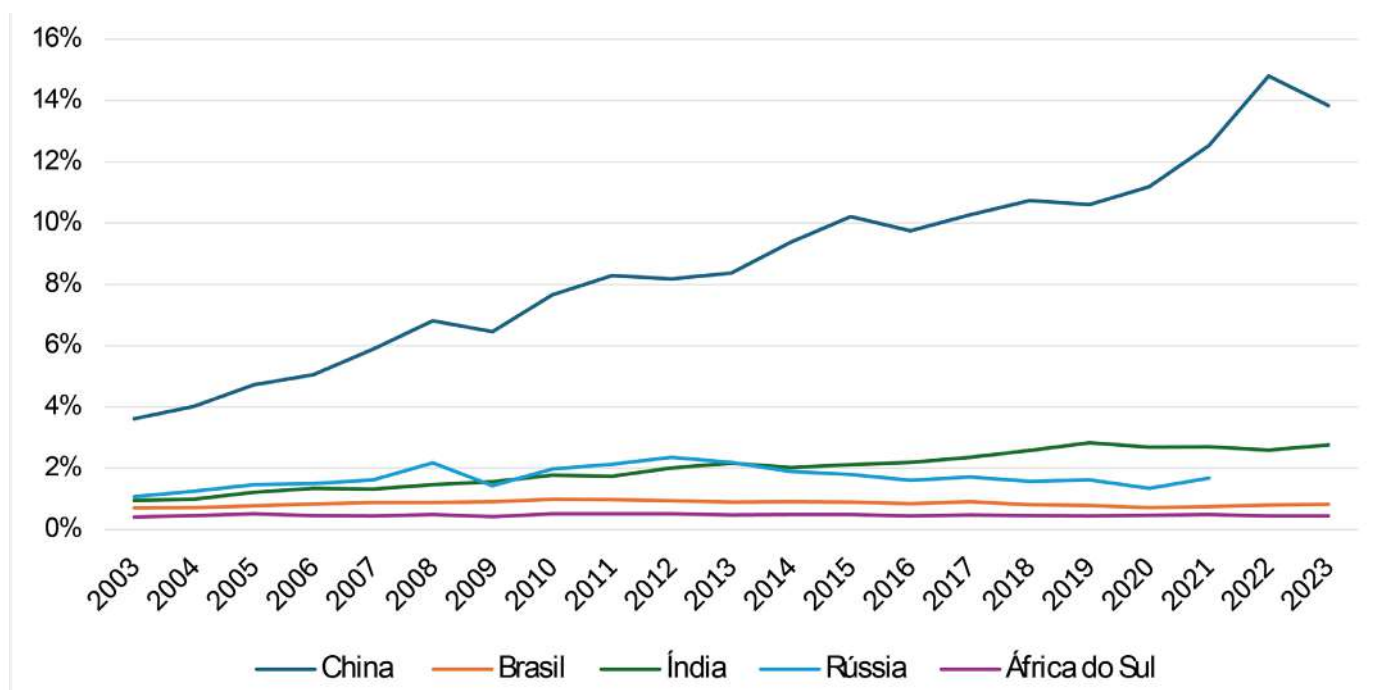
O estudo de Franculino, Gomes e Hasenclever (2021) analisou o desenvolvimento do setor farmacêutico no Brasil, Índia e Irlanda por meio da Análise de Redes, que mensura fluxos de comércio internacional. Os autores concluíram que Índia e Irlanda adotaram políticas industriais mais consistentes e duradouras, ampliando sua inserção global, em contraste com o desempenho brasileiro. No caso do Brasil, apesar de os ganhos não se refletirem no *market share*, observou-se um avanço significativo a partir da Lei dos Genéricos de 1999, que fortaleceu a produção doméstica e criou condições mais favoráveis à competitividade das empresas nacionais no mercado interno.

Já sobre o caso indiano, foi realizada uma maior especialização na produção de medica-

mentos genéricos, mas com maior capacidade de competir globalmente, se comparada com o Brasil. Ambos os países focaram no desenvolvimento de competências locais; no entanto, a Índia foi capaz de realizar a manutenção de políticas específicas por diversas décadas, desde os Planos Quinquenais de 1950, sendo o país capaz de exportar no setor farmacêutico nos anos 1980.

O setor químico, responsável por transformar as matérias-primas em compostos que, posteriormente, serão inseridos nas produções de outros setores, é responsável por 30% dos produtos fabricados que chegam diretamente aos consumidores e os outros 70% são utilizados como intermediários ou matérias-primas para outros setores industriais (Akis e Çetin, 2016). Ele está presente desde o tratamento de água e de esgotos, a produção de plásticos, cosméticos, medicamentos, fertilizantes, tintas, produtos de limpeza, distribuição de alimentos, construção civil e tecnologias de informação.

Gráfico 2: evolução do market share da indústria química nos países do BRICS:



Fonte: Comtrade, 2025. Elaboração própria.



O setor químico (...) é responsável por 30% dos produtos fabricados que chegam diretamente aos consumidores e os outros 70% são utilizados como intermediários ou matérias-primas para outros setores industriais (Akis e Çetin, 2016)."

Ao passo que os ganhos do setor farmacêutico sobem, e.g. China (2003-2021) de aproximadamente 0,5% para quase 5% (o maior ganho apresentado no Gráfico 1), os saltos na indústria química são bastante superiores no caso chinês, chegando a mais de 10%, o que pode sugerir maior facilidade de ganhos de *market share* se comparada com o setor farmacêutico. Ainda assim, o desempenho dos demais países em produtos químicos mostrou-se muito mais sutil.

Esse ganho de produtividade do setor químico chinês é resultado dos dois planos de desenvolvimento ocorridos entre 2001 e 2010, em que o governo tinha como objetivo acelerar o desenvolvimento competitivo de setores prioritários, sendo o químico o principal deles. Para isso, os planos visavam ajustar a estrutura de produção e estimular o uso de novas tecnologias, reorganizar internamente os setores, estimular a modernização dos sistemas de produção e reorientar suas práticas internacionais (Masiero; Coelho, 2014). As políticas adotadas pelos planos focaram esforços no setor químico para que ele fosse capaz de suprir as necessidades e a expansão dos demais setores industriais e também da agricultura e da economia rural chinesa, além de focar na química fina não só por ser um setor de elevado valor agregado como também por ser capaz de dinamizar tecnologicamente e economicamente a indústria nacional.

O caso indiano apresenta uma melhora a partir de 2014 em decorrência de um conjunto de regulamentações e políticas, conhecido como

Make in India (que visavam o desenvolvimento industrial e a segurança de suas operações), ter sido implementado visando incentivar as empresas multinacionais e domésticas a fabricarem seus produtos internamente, além de proteger a propriedade intelectual, promover a criação de start-ups de base tecnológica, facilitar a contratação de mão de obra, promover a inovação, capacitar os profissionais e fortalecer a infraestrutura nacional. Os resultados dessa política podem ser observados não só pelo crescimento do setor ilustrado no gráfico 2 como também pelo aumento da demanda agregada de produtos petroquímicos indianos, que representava 32 milhões de toneladas em 2015 e passou a representar 38 milhões em 2017 (Raghavan, Joshi, 2018).

3) Conclusão

Em síntese, o setor farmacêutico configura-se como um mercado fortemente oligopolizado, dominado por corporações de grande porte e marcado por elevadas barreiras à entrada, associadas a longos ciclos de aprendizado e à proteção patentária. Nas últimas décadas, China e Índia destacaram-se pelo avanço competitivo sustentado por políticas industriais e tecnológicas de longo prazo, ao passo que a Rússia enfrenta restrições estruturais e dificuldade na atração de capitais externos. A África do Sul, embora detenha a principal base farmacêutica do continente, permanece dependente de multinacionais. No Brasil, a consolidação da legisla-



O setor farmacêutico configura-se como um mercado fortemente oligopolizado, dominado por corporações de grande porte e marcado por elevadas barreiras à entrada, associadas a longos ciclos de aprendizado e à proteção patentária."

ção referente aos medicamentos genéricos contribuiu para o fortalecimento da produção nacional e a expansão do setor.

A indústria química, por sua natureza transversal e pela provisão de insumos a múltiplos segmentos produtivos, ocupa posição estratégica no complexo industrial. A China apresenta o desempenho mais expressivo, resultado de políticas centralizadas e contínuas de fomento tecnológico. O Brasil, apesar de investimentos significativos em períodos industrializantes, tornou-se dependente de insumos externos e apresentou perda de dinamismo recente. A Índia mantém uma trajetória de investimentos desde meados do século XX, consolidando capacidade produtiva doméstica, ainda que sem ganhos internacionais relevantes. Já Rússia e África do Sul revelam estagnação, com atuação concentrada em nichos específicos.

Embora ambos os setores sejam intensivos em ciência e compartilhem parte de sua base tecnológica, diferenciam-se quanto à estrutura de mercado, ao grau de cumulatividade e às barreiras competitivas. O setor farmacêutico é altamente concentrado e dependente de inovações protegidas por patentes, enquanto o químico apresenta maior diversificação e integração às cadeias produtivas. Assim, o dinamismo do setor químico reflete o aprofundamento industrial de economias como a chinesa e a indiana, ao passo que o desempenho farmacêutico depende de políticas que atenuem a concentração global e ampliem a inserção de firmas nacionais, frequentemente voltadas à produção de genéricos, na qual a entrada é menos restritiva que a de medicamentos de referência.

Notas

1 Over-The-Counter: medicamentos comercializados livremente sem a necessidade de reter prescrição médica.

2 Devido à indisponibilidade de informações da Rússia a análise será feita no período 2003 - 2021

Referências Bibliográficas

AKIŞ, E.; ÇETIN, M. COMPARISON OF TURKISH CHEMICAL INDUSTRY WITH BRIC COUNTRIES ON THE BASIS OF REVEALED COMPARATIVE ADVANTAGES. *EKOIST Journal of Econometrics and Statistics*, v. 0, n. 24, p. 40-59, 2016. Disponível em: <https://iupress.istanbul.edu.tr/en/journal/ekoist/article/comparison-of-turkish-chemical-industry-with-bric-countries-on-the-basis-of-revealed-comparative-advantages>.

DOSI, G.; GRAZZI, M.; MOSCHELLA, D. Technology and costs in international competitiveness: From countries and sectors to firms. *Research policy*, v. 44, n. 10, p. 1795-1814, 2015.

FRANCULINO, K.; GOMES, R.; HASENCLEVER, L. Política industrial e redes de comércio de medicamentos: os casos do Brasil, Irlanda e Índia no período de 1995 a 2015. *Economia e Sociedade*, v. 30, p. 975-999, 2021.

IFPMA - INTERNATIONAL FEDERATION OF PHARMACEUTICAL MANUFACTURERS & ASSOCIATIONS. Executive summary. In: INTERNATIONAL FEDERATION OF PHARMACEUTICAL MANUFACTURERS & ASSOCIATIONS. *The pharmaceutical industry and global health*. [S.l.]: IFPMA, 2022. p. 9–17. Disponível em: <https://www.ifpma.org/resource-centre/facts-and-figures-2022/>.

MASIERO, G.; COELHO, D. B.. A política industrial chinesa como determinante de sua estratégia going global. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 34, n. 1, p. 139–157, 2014.

OECD. *Health Policy Studies. Pharmaceutical Innovation and Access to Medicines*. Chapter 2, Discovering and selling medicines. Paris: OECD, 2018.

OECD. Health at a glance 2021: OECD indicators. Paris: OECD Publishing, 2021.

PAVITT, K. Sectoral patterns of technical change: Towards a taxonomy and a theory. Research Policy, [S.l.], v. 13, n. 6, p. 343–373, 1984.

RAGHAVAN, R.; JOSHI, J. B. India's Expanding Chemical Industry. The Global Home of Chemical Engineers, [S.l.], p. n.p., dez. 2018. Disponível em: https://www-aiiche-org.translate.goog/resources/publications/cep/2018/december/indias-expanding-chemical-industry?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc.



Ana Julia Diniz Mesquita

Graduada pela Universidade Federal de Alfenas, mestre em Economia pela Universidade Estadual Paulista e doutoranda pela mesma instituição. Sua pesquisa se concentra no financiamento à inovação com recorte regional.



Iara Fernanda Venturine Machiavelli

Graduada pela Universidade Estadual Paulista, com mestrado em andamento na mesma instituição. Sua pesquisa se concentra na área de economia industrial.



Laura Alves Paraíso

Graduada pela Universidade Estadual Paulista, com mestrado em andamento na mesma instituição. Sua pesquisa se concentra em temas da indústria e em economia brasileira.



Comissão
**Sustentabilidade
Econômica e
Ambiental**

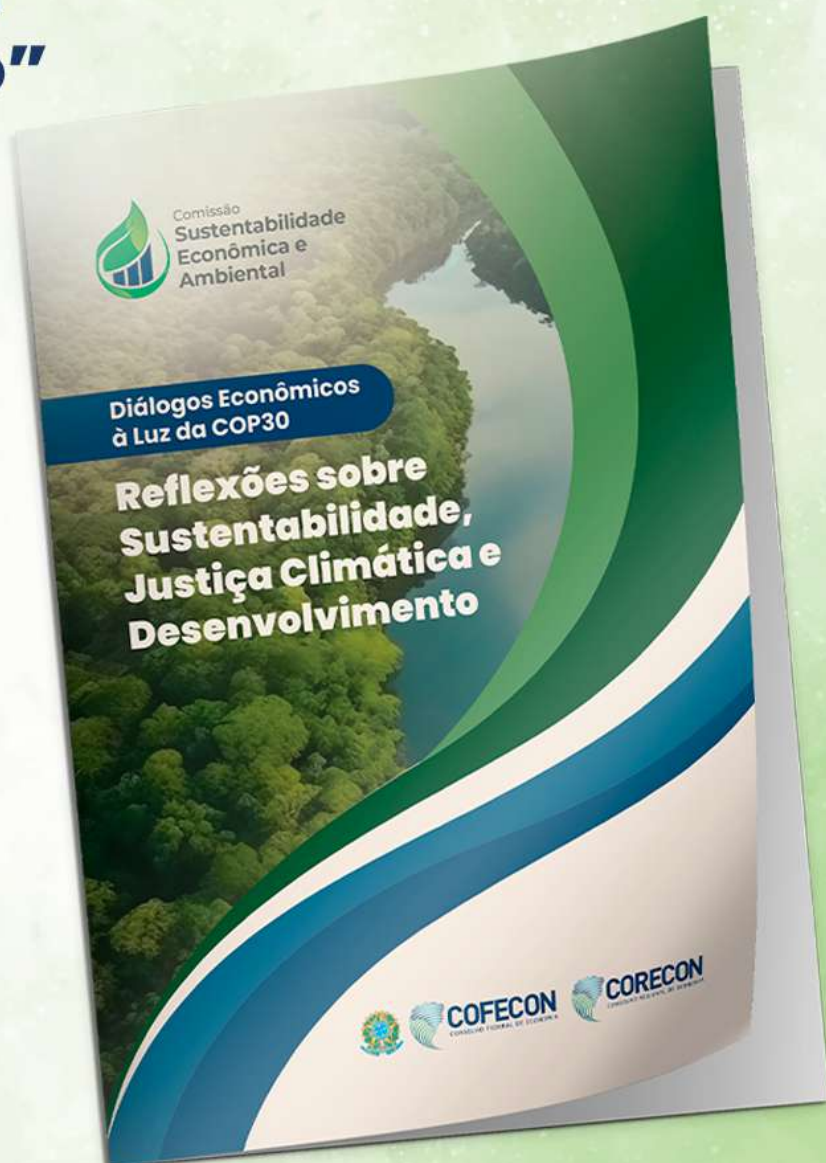
Está no ar o e-book

“Reflexões sobre Sustentabilidade, Justiça Climática Desenvolvimento”

Publicação contém diagnósticos, dados, propostas e outros textos sobre o assunto

Leia agora!

Aponte a câmera do seu celular para o código QR!



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA



CORECON
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

Posse do Cofecon e do Corecon-DF reúne ministros e lideranças do pensamento econômico nacional

Solenidade contou com a presença de ministros e dirigentes de instituições públicas, articulando visões sobre o presente e o futuro do Brasil e destacando o papel estratégico dos economistas

POR COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO



Um espaço de convergência entre instituições de Estado e pensamento econômico em torno dos desafios do desenvolvimento nacional. Este foi o ambiente vivido na noite de 6 de fevereiro de 2026, quando o auditório da Câmara Legislativa do Distrito Federal recebeu a solenidade de posse da presidência e dos novos conselheiros do Conselho Federal e do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal. A presença de ministros de Estado e dirigentes de instituições públicas evidenciou o papel estratégico da profissão de economista na interpretação dos desafios contemporâneos e na construção de caminhos para o desenvolvimento do país.

A mesa de honra teve a presença dos ministros José Mucio (Defesa) e Jorge Messias (Advocacia-Geral da União); do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante; da presidenta do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Luciana Servo; do presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Marcio Pochmann; e do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues. Também foram entregues as premiações oferecidas anualmente pelo Sistema Cofecon/Corecons.

Ao reunir diferentes instituições e perspectivas, a solenidade de posse do Cofecon e do Corecon-DF reafirmou o lugar de destaque da economia como campo de reflexão e ação sobre os rumos do país. O evento evidenciou a importância do diálogo entre Estado, ciência e sociedade na construção de um projeto nacional de desenvolvimento. O fortalecimento das instituições e do debate público é fundamental para construir uma democracia mais sólida e projetar o Brasil do futuro.

Reconduzida à presidência do Cofecon, Tania Cristina Teixeira enfatizou o papel das instituições públicas e da democracia como fundamentos indispensáveis para o crescimento sustentável. “Não há desenvolvimento possível sem instituições fortes, sem diálogo democrático qualificado, sem políticas públicas fundamentadas em evidências e em compromisso com o interesse coletivo. A economia não é neutra,

e as escolhas econômicas têm consequências sociais, regionais e geracionais”, afirmou a economista.

Ao abordar o momento vivido pelo Brasil, a presidenta ressaltou a importância de qualificar o debate econômico num contexto de polarização e desinformação. “A sociedade precisa de análise técnica, de responsabilidade pública e compromisso com a verdade dos dados. Devemos combater as fake news, inclusive na nossa área de conhecimento, que é a ciência econômica”, disse a presidenta. “O sistema Cofecon/Corecons não pode ser neutro diante dos desafios do país. Tem o dever de atuar como referência pública em defesa da ciência econômica, da democracia e de um projeto de desenvolvimento que coloque as pessoas no centro”, expressou. E finalizou citando o escritor mineiro João Guimarães Rosa: “O que a vida quer da gente é coragem”.

Na mesma direção, a presidenta reconduzida do Corecon-DF, Luciana Acioly, ressaltou a centralidade das instituições públicas na construção de políticas de desenvolvimento de longo prazo e na redução das desigualdades. Falou do BNDES como “fundamental para o financiamento do desenvolvimento, contribuindo para o crescimento econômico, a inovação, a reindustrialização e a redução das desigualdades regionais”, ressaltando ainda seu caráter de banco de longo prazo. Sobre o IPEA, instituição da qual é servidora de carreira, destacou o compromisso com o planejamento estratégico e com a sociedade brasileira. “Temos uma instituição voltada para políticas públicas, com grande comprometimento com a sociedade e com os temas mais prementes da realidade brasileira”, afirmou. Em relação ao IBGE, enfatizou o papel das estatísticas públicas de qualidade: “Sem estatísticas confiáveis não há diagnóstico preciso, e sem diagnóstico preciso não há políticas eficazes”.

A economista também abordou as transformações em curso na geopolítica internacional e os impactos sobre o Brasil, defendendo a necessidade de um projeto nacional de desenvolvimento. “Essas transformações precisam ser pensadas a partir de um approach voltado para

o desenvolvimento econômico, com soberania e com compromisso com a redução das desigualdades, nesse mundo que está mudando tão depressa”, concluiu.

Reconhecimento a trajetórias de destaque

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Aloizio Mercadante, e a presidenta do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Luciana Servo, receberam as honrarias mais importantes entregues pelo Sistema Cofecon/Corecons, sendo agraciados com os prêmios Personalidade Econômica do Ano e Mulher Economista, respectivamente. Mercadante também recebeu o prêmio Destaque Econômico na modalidade Desempenho Técnico, oferecido ao BNDES.

O economista fez uma homenagem à presidenta do Cofecon, afirmando que em 1973, quando ingressou no curso de Ciências Econômicas, havia pouca presença feminina. “Você é, desde 1951, a primeira mulher a presidir o Cofecon, e a primeira de muitas que virão, porque não haverá caminho de volta”, mencionou Mercadante. Ele também se dirigiu a Luciana Servo: “Quando entrei na Universidade de São Paulo havia um estudante negro. Hoje vemos as mulheres negras ocupando estes espaços”.

Refletindo nas transformações do cenário econômico internacional, Mercadante citou a erosão dos organismos multilaterais e o momento de declínio do Ocidente e ascensão da Ásia. “Esses 40 anos de neoliberalismo e insistência na ortodoxia neoliberal levaram o Ocidente a esta situação. A União Europeia e os Estados Unidos buscam respostas para repensar o lugar do Estado e reagir à perda de relevância econômica, tecnológica e de inovação”, apontou. Neste contexto, observou que o Brasil precisa de investimentos estruturantes e mais competitividade na indústria. “O BNDES é a casa do desenvolvi-

mento do Brasil. Sempre foi. Um banco público não pensa no curto prazo, pensa no futuro do país, na indústria, na inovação, na sustentabilidade e na soberania nacional. O banco tem tido atuação decisiva em áreas como reindustrialização, transição energética, inovação tecnológica e enfrentamento às mudanças climáticas. É o investimento que dá o crescimento sustentado de longo prazo e que alavanca a modernização da economia”. Ao final, dedicou o prêmio ao pre-



sidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Luciana Servo prestou uma homenagem às mulheres que receberam o prêmio antes dela, mencionando que “alinham não só um grande rigor intelectual, mas um compromisso público imenso, compromisso com o modelo de desenvolvimento que ainda está em construção, mas pelo qual lutaram diariamente”. E contou uma história pessoal: “Eu tinha quatro ou cinco anos, estudava numa escola particular, meus irmãos e eu provavelmente éramos as únicas pessoas de cor diferente naquela escola. Eu queria ser a princesa de uma peça e me gritaram que eu não podia, porque não existe princesa negra”, recordou Luciana – cujos pais estavam presentes no auditório. “Meus pais me chamaram para conversar e disseram: ser negra é a sua força, sua identidade, a sua forma de estar no mundo. E ser negra e ser mulher numa família de quatro homens é ser o que você quiser e estar onde você quiser.



E isso é o que queremos para todas as mulheres deste país: que possam estar onde quiserem. E que a economia feminista, a economia racial siga com seu compromisso de introduzir esses temas no debate público”.

Luciana Servo, presidenta do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

E isso é o que queremos para todas as mulheres deste país: que possam estar onde quiserem. E que a economia feminista, a economia racial siga com seu compromisso de introduzir esses temas no debate público”.

Um momento particularmente emotivo da solenidade foi a entrega do prêmio Mulher Transformadora, que reconhece mulheres que se destacam nos campos da responsabilidade social, economia solidária ou empreendedorismo, promovendo impactos positivos na sociedade. A ganhadora foi a fundadora da Cooperativa Central Justa Trama, Nelsa Nespolo.

“A presidenta do Cofecon falou que a economia não é neutra e nós, como cidadãos e cidadãs, também não somos. Ou lutamos para que este mundo seja melhor, que a distribuição de renda aconteça, que haja mais inclusão, ou então ficamos acomodados”, afirmou a premiada, com emoção na voz. “Aqui estão presentes todas as mulheres que sonham com esse mundo com transformação lá na comunidade, mas também capazes de pensar esse Brasil. Estamos juntos na construção da política pública para que tenhamos cada vez mais mulheres transformadoras, num mundo transformado, e que essas mulheres continuem vivas”, finalizou Nelsa – sendo, em seguida, aplaudida de pé.

Desafios do Brasil

As falas das autoridades presentes reforçaram diferentes dimensões de um mesmo desafio: articular desenvolvimento econômico, inclusão social e soberania num cenário de mudanças estruturais no Brasil e no mundo.

Marcio Pochmann fez referência aos 90 anos do IBGE e afirmou que “praticamente dois terços do que temos de registros oficiais no Brasil pertencem a esta Casa”. Ele mencionou também que os próximos 25 anos são decisivos para o Brasil, no contexto da transição demográfica. “Nunca dependemos tanto dos pobres como passamos a depender nos dias de hoje em diante, tendo em vista que os 50% da população que não são pobres praticamente não têm mais filhos e temos dois idosos para um ativo, enquanto na população dos mais pobres temos um idoso para quatro ativos”, observou. “A classe trabalhadora do ano 2050 já nasceu e 80% deles nasceram em famílias pobres, que dependem quase que exclusivamente da existência de uma boa escola, um bom hospital, um bom sistema de transporte. Para os pobres, o setor público continua sendo essencial”.

O ministro da Defesa falou sobre um ambiente político no qual havia grandes nomes

“

As falas das autoridades presentes reforçaram diferentes dimensões de um mesmo desafio: articular desenvolvimento econômico, inclusão social e soberania num cenário de mudanças estruturais no Brasil e no mundo."



que tinham como interesse servir ao País. “Tínhamos os melhores advogados, os melhores professores, os melhores médicos, os melhores engenheiros. Poderíamos discordar, mas havia fraternidade”, expressou José Mucio. Dirigindo-se a Aloizio Mercadante, afirmou: “Aprendi muito com você. Vi sua forma dura de fazer política quando tinha que defender seus pontos de vista, mas sempre respeitando os adversários e as pessoas. Hoje o Cofecon faz uma homenagem a um grande economista, um homem que ensinou a muitos políticos e hoje é feliz e sorridente porque exerce a economia, que ele escolheu como profissão, na plenitude da sensibilidade que ele tem”.

A dimensão institucional e simbólica do evento também foi ressaltada pelo ministro da Advocacia-Geral da União, Jorge Messias. “Gosto de citar uma frase de Machado de Assis que vai sintetizar o que penso deste momento. Ele falava que existem dois Brasis, um real e um oficial. O oficial é caricato e burlesco. O real é bom e revela os melhores instintos”, mencionou Messias. E

transmitiu palavras de apreço ao presidente do BNDES: “Você está aqui hoje recebendo um prêmio do Conselho Federal de Economia porque é um economista do Brasil real”.

Produção de conhecimento e impacto social

A cerimônia também homenageou instituições que contribuem para o avanço da ciência econômica e sua aplicação prática. O prêmio Destaque Econômico, entregue anualmente em três modalidades (Desempenho Técnico, Academia e Mídia), reconhece o bom uso do instrumental fornecido pela ciência econômica, a excelência no ensino de economia e a qualidade na transmissão de informações.

Na modalidade Desempenho Técnico, a instituição vencedora foi o BNDES. Já na modalidade Academia, o prêmio foi entregue à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). “Receber esse reconhecimento dos nossos pares nos orgulha profundamente e nos esti-

mula a seguir avançando, certos de que há ainda muito a construir”, expressou o professor doutor Édil Carvalho Guedes Filho.

Na modalidade Mídia a honraria coube ao portal ICL Notícias. “Para que estejamos à frente das câmeras, para que as informações cheguem ao nosso portal, existe uma equipe imensa que trabalha conosco e representar cada uma dessas pessoas é um grande desafio. Por isso, agradeço a todos que tornam isso possível”, expressou a economista Deborah Magagna, apresentadora do programa ICL Mercado e Investimentos.

Também foi entregue o Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas, que contempla trabalhos nas áreas de economia solidária e responsabilidade social. Na categoria Artigo Científico, o texto premiado abordou o programa Renda

que Fica, implementado como projeto piloto em municípios da Bahia e Sergipe. “Este prêmio é resultado de um esforço coletivo, marcado por rigor técnico, diálogo e compromisso público”, expressou o economista Sérgio Kelner Silveira, coautor do artigo.

Já na categoria Assessoramento de Projetos, o prêmio reconheceu o trabalho desenvolvido no Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (FACE/UFMG) com a Feira de Economia Popular e Solidária, que teve início em 2014 e é realizada mensalmente durante o período letivo. A feira já recebeu estudantes de diferentes cursos em ações ligadas à extensão universitária.

Conselheiros empossados

Federais efetivos:

Carlos Magno Andrioli Bittencourt

Flávia Vinhaes Santos

Janine da Silva Alves Bello

Júlio Flávio Gameiro Miragaya

Odilon Guedes Pinto Junior

Wellington Leonardo da Silva

Federais suplentes:

Gustavo Souto de Noronha

Hudson Garcia da Silva

Josélia Souza de Brito

Kleber Antônio da Costa Mourão

Sergio Roberto Rodrigues

Vicente Ferrer Augusto Gonçalves

Regionais efetivos:

Diones Alves Cerqueira

Eloy Corazza

Jusçanio Umbelino de Souza

Luciana Acioly da Silva

Regionais suplentes:

Jackson Silvano de Toni

José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho

Jucemar José Imperatori

Maria Cristina de Araújo



A eutanásia dos economistas?

FERNANDA CALASANS C. L. PESSOTI, GUSTAVO
CASSEB PESSOTI E REINALDO DANTAS SAMPAIO

Ao entrarmos em uma universidade, os primeiros passos são os mais deslumbrantes. O ingresso em um curso de graduação em Economia é, geralmente, associado à ideia de números, cálculos e análise financeira. Então, as disciplinas são organizadas e tomamos pela primeira vez a noção mais elementar do papel esperado por um(a) economista na sociedade. E, não raro, o(a) economista é apresentado(a) como o(a) profissional que lida com recursos escassos e necessidades ilimitadas. A restrição passa a ser o guia e a maximização do que fazer para alcançar os resultados, com as condições impostas, o maior princípio de existência deste(a) profissional.

Durante décadas, o(a) economista foi visto(a) como o(a) intérprete privilegiado(a) da realidade social e um(a) grande artífice na elaboração dos planos de desenvolvimento econômico da trajetória histórica do país. Seus gráficos, modelos e projeções eram consultados por governos e empresas para orientar decisões de grande impacto. Mas o século XXI embaralhou as certezas. A inteligência artificial desafia o trabalho humano; a emergência climática redefine o conceito de progresso; e a desigualdade crescente torna o crescimento econômico um indicador vazio se não vier acompanhado de bem-estar e inclusão. Afinal, qual o papel do(a) economista no atual curso da história?

Gunnar Myrdal argumentava que *“aos economistas, cabe o dever de confrontar os fatos da vida com as teorias, para formular uma concepção realista do processo econômico”* (MYRDAL, 1968), evidenciando, nesse aforismo, fundamentos centrais da ciência econômica, se assim podemos defini-la. O primeiro deles seria o de que confrontar os fatos da vida é aproximar-se do povo e dos seus reais problemas, como também alertava o economista Rômulo Almeida, *“para melhorar o padrão da opinião pública, cuja pobreza, no que respeita às ideias econômicas, é uma influência negativa para a solução dos problemas da coletividade”* (ALMEIDA, 1957). O segundo fundamento diz respeito ao conceito de *“processo econômico”*, de uma dinâmica econômica imbricada (*“embedded”*, na expressão de K. Polany) nos processos sociais, ou seja, derivada da história.

A economia sempre foi um campo plural e essa pluralidade é uma de suas maiores virtudes.

Há economistas que acreditam no protagonismo do Estado e outros que confiam na força reguladora do mercado; há quem veja na intervenção pública a garantia do bem-estar coletivo e quem defenda a eficiência das dinâmicas privadas como motor do progresso. Essas diferenças não são um problema — são o próprio sinal de vitalidade de uma área do conhecimento que se move entre valores, interpretações e experiências diversas. O perigo não está na divergência de visões, mas no enrijecimento dogmático que pode transformar o(a) economista em um(a) defensor(a) de fórmulas prontas, incapaz de revisitar suas próprias convicções diante de novos contextos.

Observa-se, entretanto, um crescente fascínio pela matematização das formulações econômicas. A crença na matematização da economia tem origem entre os neoclássicos, numa tentativa de transformar a economia política em uma ciência exata. É evidente que os instrumentos ou ferramentas matemáticas auxiliam na compreensão do comportamento das variáveis econômicas, permitindo a construção de modelos cada vez mais complexos que fascinam muitos(as) economistas. Tais contribuições, entretanto, não devem superar a noção que a estatística e a matemática são ciências auxiliares da economia e não a *própria economia*, e que tais contribuições têm sido relativamente modestas frente aos grandes problemas econômicos atuais.

Esta percepção não poderia escapar da perspicácia de J. M. Keynes, em sua Teoria Geral, na qual adverte: *“Grande parte da recente economia ‘matemática’ não passa de um emaranhamento, tão impreciso quanto suas hipóteses iniciais, levando os autores a perder de vista, num labirinto de símbolos pretensiosos e inúteis, as complexidades e interdependências do mundo real”* (KEYNES, 1936 [1996], p. 281).

E essas *“complexidades”* se intensificam cada vez mais, impondo novos desafios para o(a) profissional economista, exigindo uma análise econômica que vá além dos índices e das curvas de oferta e demanda. O(a) economista que não compreender as dimensões sociais, éticas e ambientais do contexto econômico pode assistir, impotente, à perda de sentido de sua própria função.

Parece ser também um imperativo que os(as) economistas aprofundem sua compreen-



A inteligência artificial desafia o trabalho humano; a emergência climática redefine o conceito de progresso; e a desigualdade crescente torna o crescimento econômico um indicador vazio se não vier acompanhado de bem-estar e inclusão."

são a respeito do progresso ao qual subjaz a ideia de riqueza e da acumulação, categorias socioeconômicas que não podem ser explicadas nem compreendidas através de métodos quantitativos. Como assinala Celso Furtado, na sua obra “Em Busca de Novo Modelo”, “posta a serviço da acumulação, a inventividade humana será levada ao paroxismo, dando origem a uma civilização em que os indivíduos são expostos, em uma fração de suas vidas, a mais inovação do que conhecera a humanidade em toda a sua história” (FURTADO, 2002).

Ao restringir o seu campo de análise à construção ou reprodução de modelos matemáticos, os(as) economistas correm o risco de perderem a característica que os/as diferencia dos demais cientistas sociais: a capacidade de interrelacionar elementos econômicos, sociais e políticos na análise aplicada. Resultados econômicos não são mensurados apenas com base em suas grandezas matemáticas, mas no efeito que eles provocam na vida das pessoas. Decisões políticas não se restringem à valores orçamentários ou contábeis e estão imbricadas com a garantia de direitos sociais, discutidas e conquistadas em processos históricos. Talvez este seja o que de mais fascinante a formação em economia possui: a possibilidade de unir conhecimentos de diversas áreas.

O(a) economista bem formado(a) – aquele(a) que domina modelos, teorias e métodos -

tem justamente as ferramentas necessárias para enfrentar momentos de ruptura. São essas bases teóricas que permitem compreender as causas profundas das crises e propor alternativas consistentes. O perigo não está no excesso de teoria, mas na sua esterilidade quando dissociada da vida real. Em um mundo que vive quebras de paradigmas, o verdadeiro desafio é transformar a teoria em instrumento de intervenção econômica e social, com sensibilidade histórica e compromisso ético.

No Brasil, há um Projeto de Lei (PL 3.178/2024) que busca atualizar a Lei que regula a profissão do(a) economista (Lei 1.411/1951). Este PL define competências privativas, responsabilidades técnicas e reconhecimento formal de funções exercidas no serviço público e no setor privado como tipicamente ligadas às Ciências Econômicas. Configura-se, desta forma, uma oportunidade para que os/as economistas reafirmem seu papel social, definindo espaços de atuação legítimos e compatíveis com os desafios contemporâneos.

A proposta central do projeto reside no resgate das competências profissionais dos(as) Economistas, por meio da distinção explícita entre atividades privativas e atividades facultativas. Diferentemente da legislação anterior, que tratava o escopo profissional de forma genérica, o novo texto detalha um conjunto abrangente de atribuições relacionadas à área econômica e

suas subdivisões. Ao conferir respaldo legal a atividades tradicionalmente exercidas pelo(a) economista, o projeto reduz a insegurança jurídica e reforça habilidades específicas do(a) economista em áreas como consultoria, perícia econômica, *valuation* e análise de impacto econômico e social.

A escala de prioridades do campo de atuação do(a) economista é cada vez mais ampla, nela incluindo a crise climática, a precarização do trabalho, a incontável concentração de renda em escala global, a apropriação das complexas tecnologias por grupos de poder, as relações entre acumulação e progresso técnico, além do aumento das desigualdades sociais. Essas questões recolocam a economia como uma ciência social e moral, exigindo do(a) economista a reafirmação do seu papel social e da necessidade da análise econômica sob o abrigo da preocupação ética. Como afirmara Jean-Paul Maréchal, o(a) economista deve ter uma atitude preocupada com as representações e as aspirações humanas (MARÉCHAL, 2006).

Vivemos uma época de grandes incertezas da sociedade em relação ao futuro. À instabilidade geral econômica e geopolítica, some-se a crise migratória, a hegemonia do capital financeiro como determinante da distribuição da renda em escala mundial e embrião de um poder global, as tecnologias disruptivas (que alterarão os processos produtivos, o mundo do trabalho, as profissões especializadas, o comércio e o modo de consumo) que determinarão novas hierarquias sociais, além da crescente anulação da privacidade, que cria a possibilidade do controle ideológico e comportamental dos indivíduos. Esse é o universo da ciência econômica, abrangendo tudo que diz respeito às humanidades.

O problema é que boa parte dos(as) economistas ainda enxerga o mundo como um grande mercado e não como espaço de reprodução socioeconômica da vida humana. Não pode faltar à profissão um olhar para as pessoas, para as relações sociais, para o ambiente que sustenta a própria vida. Economistas que não compreendem as dimensões éticas, sociais e ambientais do desenvolvimento estão condenados(as) à irrelevância - e àquilo que poderíamos chamar, sem exagero, de um(a) "profissional dispensável".

Nos anos 1930, em meio à Grande Depressão, John Maynard Keynes escreveu que o avanço da economia moderna levaria à "*eutanásia do rentista*" – aquele que vivia apenas de rendas e juros, sem contribuir efetivamente para a produção ou o bem-estar coletivo. A ideia era simples e radical: um novo modelo econômico deveria tornar desnecessário o parasitismo financeiro, substituindo a especulação pela criação de valor social.

Quase um século depois, talvez seja hora de falar em outra eutanásia: a dos(as) economistas. Não no sentido literal, claro, mas simbólico. O(a) economista que se limita a repetir fórmulas, defender dogmas e interpretar o mundo por meio de relações simplificadas corre o risco de se tornar tão irrelevante quanto o rentista que Keynes criticava.

A possível "eutanásia dos(as) economistas" não virá da pluralidade teórica, mas da inércia intelectual. O(a) economista não precisa renunciar a suas crenças – liberais, keynesianas, marxistas ou outras –, mas sim reaprender a pensar a partir da realidade viva: das novas tecnologias, das urgências sociais, das mudanças ambientais e das transformações culturais. A força da profissão sempre esteve na compreensão da complexidade do real (ou da realidade), produzindo ideias como caminhos concretos para o desenvolvimento da sociedade. Se o(a) economista se refugiar apenas em seus esquemas ideológicos, sem dialogar com o mundo que muda à sua volta, a profissão perderá o pulso – e será aí, não na diferença de escolas de pensamento, que começará sua verdadeira distanásia. O rigor teórico, a capacidade analítica e o domínio dos instrumentos conceituais continuam sendo virtudes fundamentais para compreender o funcionamento das sociedades.

A necessidade de resgatar o papel do(a) economista como profissional de ciência social aplicada pressupõe a "eutanásia do(a) economista" que se rende às ideias dominantes sem realizar o fatigante exercício da crítica; de perscrutar as causas, a essência do real e não a sua aparência; que age sem se aperceber do caráter multidimensional da ciência econômica, situada no cruzamento de outras ciências como a filosofia, a sociologia, a política, o direito e a ecologia

e das condicionantes dos processos históricos que a determinam. Em contrapartida, pressupõe o fortalecimento de um(a) profissional capaz de enxergar que os números também contam histórias – e que o verdadeiro valor de uma economia não está apenas no PIB ou no orçamento público, mas na qualidade de vida que ela é capaz de proporcionar.

Dessa forma, a “eutanásia dos(as) economistas” não seria o fim da profissão, mas um alerta para a sua reinvenção. A realidade econômica exige menos repetidores de modelos e mais

arquitetos de realidades, capazes de comandar o diálogo entre conhecimento técnico, tecnologia e compromisso social. Se o(a) economista se afastar dessa missão, deixará de ser protagonista do desenvolvimento – e se tornará, ele(ela) próprio(a), uma vítima do progresso que não soube conduzir. A regulamentação da profissão, ora em curso no Brasil, pode auxiliar na anticoncepção da *distanásia* profissional, mas somente se acompanhada de transformação interna na formação, postura e prática dos(as) economistas.



Fernanda Calasans C. L. Pessoti

Economista (UESB), com Mestrado em Economia (UFU) e Doutorado em Economia (PPGE/UFBA). É Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Atualmente ocupa o cargo de Diretora do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA/UESB).



Gustavo Casseb Pessoti

Graduado pela Universidade Federal da Bahia, com Mestrado em Desenvolvimento Regional pela UNIFACS. Funcionário público da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do estado da Bahia. É professor universitário e vogal da Junta Comercial do Estado da Bahia. Ex-presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon-BA).



Reinaldo Dantas Sampaio

Graduado pela Universidade Católica do Salvador, especialista em Economia Mineral pela Universidade Federal de Minas Gerais. É presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais e membro de conselhos da Confederação Nacional da Indústria. Presidente do conselho Deliberativo do Instituto Politécnico da Bahia. Ex-presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon-BA).

DESAFIO QUERO SER ECONOMISTA

6 MIL
EM PRÊMIOS



SAIBA MAIS!



prepare-se para a **NOVA EDIÇÃO**

DO DESAFIO QUERO SER ECONOMISTA

Inscrições de 07 de abril a 27 de maio

www.desafioquerosereconomista.org.br



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA



CORECON
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

PROTAGONISMO, DIVERSIDADE
& DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

O economista no centro da agenda
nacional de desenvolvimento

Mulheres e empregabilidade no mercado financeiro:

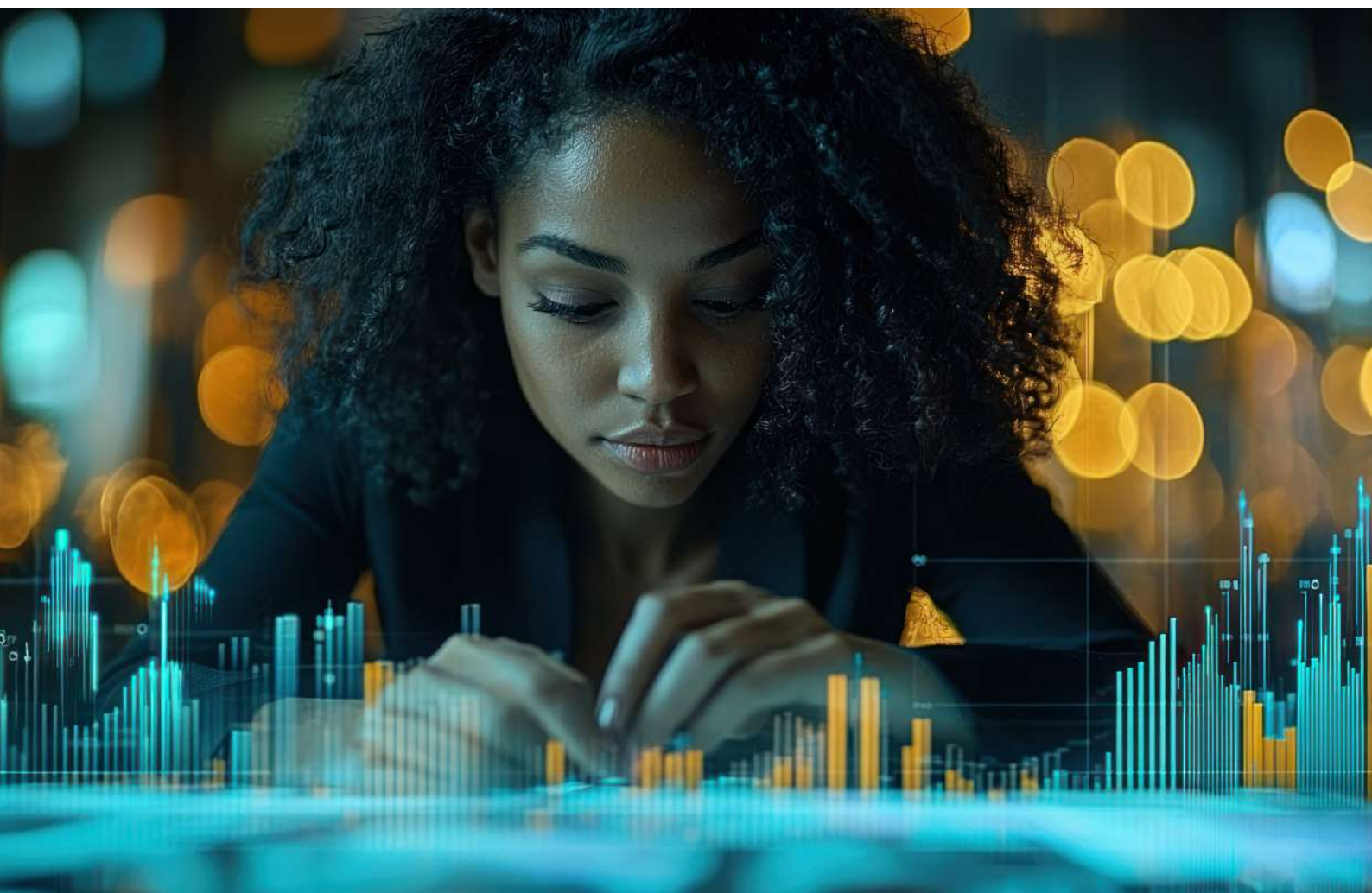
avanços e desafios

POR DÉBORA ALCÂNTARA

O Dia Internacional da Mulher é comemorado mundialmente no dia 8 de março. A data celebra as muitas conquistas femininas ao longo dos últimos séculos e, na ocasião, muitos debates giram em torno da disparidade existente no mercado de trabalho entre homens e mulheres. Inúmeros estudos comprovam que, mesmo com escolaridade superior e maior carga horária de trabalho, o salário ofertado às mulheres é menor. Esse cenário de desigualdade de gênero e disparidade salarial é particularmente evidenciado no setor financeiro, sobretudo em cargos de liderança.

Estudos de colaboradores do Fundo Monetário Internacional (FMI), ainda de 2017, revelam que as mulheres ocuparam menos de 2% dos cargos de CEOs de bancos e menos de 20% dos assentos do conselho em mais de 80% das observações em bancos ao longo do tempo. Segundo Jéssica Silva, cofundadora da *Black Women Investment Network*, "Mulheres ocupam ainda menos de 10% dos cargos de C-level nas grandes corporações e, nos conselhos, menos de 17%".

Dados de relatório do Ministério do Trabalho e Emprego, publicados em setembro/2024,





Inúmeros estudos comprovam que, mesmo com escolaridade superior e maior carga horária de trabalho, o salário ofertado às mulheres é menor. Esse cenário de desigualdade de gênero e disparidade salarial é particularmente evidenciado no setor financeiro, sobretudo em cargos de liderança."

analisando empresas em geral, apontam que, em cargos de direção e gerência, as mulheres ganham 27% menos que os homens; em funções de nível superior, a diferença chega a 31,2%. O relatório mostrou que 55,5% das empresas adotam planos de cargos e salários como base para a definição de remunerações.

A Lei 14.611/2023, que torna obrigatória a igualdade salarial entre mulheres e homens que ocupam o mesmo cargo e função, equivale a um avanço importante. Mas os números e as vivências femininas revelam que a Lei não vem sendo cumprida nas organizações quando se trata de cargos elevados.

É fato que as mulheres vêm ocupando um espaço que era majoritariamente masculino no mercado financeiro. Esse é um avanço inspirador. A tecnologia está abrindo oportunidades para que as mulheres ingressem na carreira financeira, e uma das áreas com maior crescimento da presença de mulheres é a de TI. Um fato curioso e plausível é que as *fintechs* estão na frente no que diz respeito a diversidade de gênero, inclusive em termos de cargos de liderança e capacitação de mulheres líderes.

A visão de que o mercado financeiro é liderado apenas por homens ficou no passado. A

participação feminina no setor é cada vez maior: há muitas mulheres investidoras e profissionais de mercado no Brasil.

Um levantamento demográfico feito pela Bolsa de Valores Brasileira (B3) mostra como as mulheres foram ganhando espaço no mundo dos investimentos nos últimos anos. Em 2020, ano de início da Pandemia de Covid-19, a participação proporcional delas atingiu o maior nível (26,24% do total). Em 2021, o total de CPFs ligados a mulheres na bolsa cresceu quase 36%, em relação a 2020. Com isso, a B3 passou a ter mais de 1,1 milhão de CPFs femininos em atuação no mercado.

Em valores de 2025, a B3 traz o perfil atualizado de investidores por gênero. De um total de 5,5 milhões de investidores, o percentual de homens é de 74% (4,1 milhões) e o de mulheres é de 26% (1,4 milhão). Apesar de constituírem pouco mais de um quarto dos investidores, as mulheres investem quase o dobro dos homens. O ticket médio das mulheres é de R\$ 3.029,00, enquanto o dos homens é de R\$ 1.682,00. Desde 2021, o crescimento na participação das mulheres na bolsa foi de 41%.

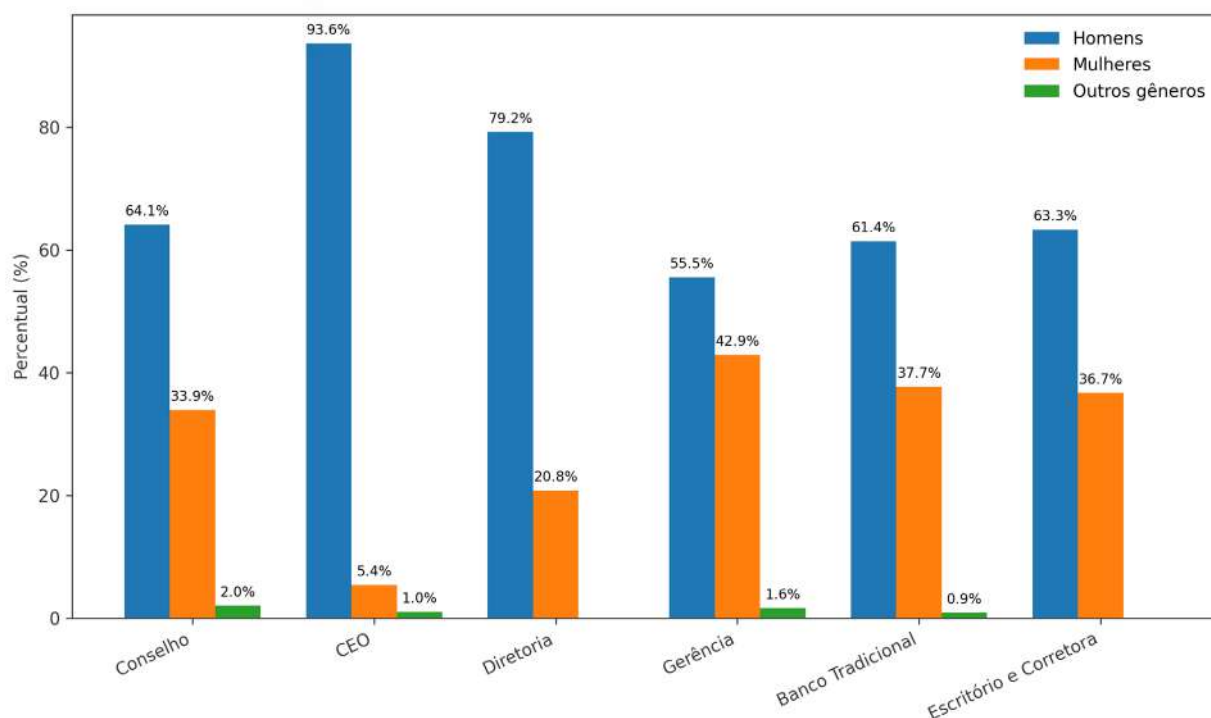
Quanto à atuação profissional, as mulheres estão em todos os lugares: são gerentes de insti-

tuições bancárias, assessoras de investimentos, economistas, gestoras, analistas de risco e outras. Apesar dos avanços, ainda há muito espaço para uma expansão na participação feminina no mercado. Essa lacuna, em parte, pode ser preenchida pelo investimento em qualificação, que pode ser adquirida inicialmente por meio das certificações da Associação das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As certificações de entrada e as mais procuradas eram CPA-10, CPA-20 e CEA, as quais passam atualmente por uma transição que começou a vigorar em janeiro de 2026, quando assumem a inserção de novos conteúdos e novas nomenclaturas (CPA, C-Pro R, C-Pro I).

As mulheres representam 35,4% dos profissionais no mercado financeiro brasileiro, segundo dados divulgados pela ANBIMA em setembro de 2025, evidenciando um desequilíbrio de gênero nas instituições financeiras. As Assets, que são a maioria das instituições participantes da pesquisa da ANBIMA (2025), contam com 31,9% de mulheres. A maior porcentagem feminina foi registrada na categoria “outros segmentos” (52,6%), que reúne instituições fora das outras classificações. Em seguida, aparecem os bancos (43,4%) e as corretoras e distribuidoras (40,9%).

A representação feminina é significativamente menor em cargos de alta liderança: apenas 5,4% são CEOs. A maior participação foi registrada no nível de gerência (42,9%).

Distribuição de Gênero por Nível Hierárquico

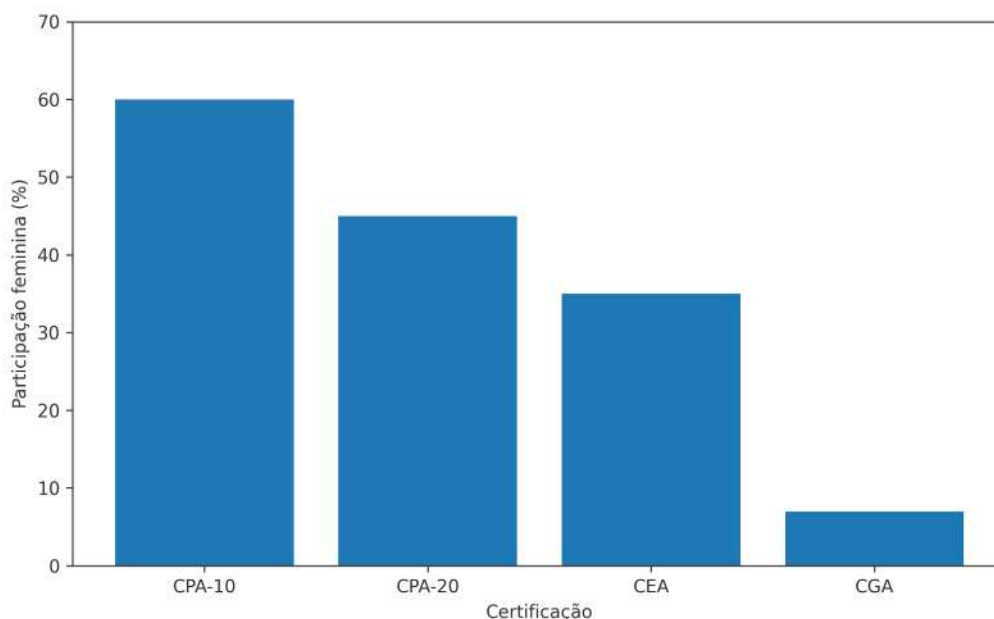


Fonte: Gráfico gerado com os dados da ANBIMA (2025).

Observa-se uma redução progressiva da participação feminina à medida que se elevam os níveis de certificação no setor financeiro. As estatísticas apresentadas ainda se referem ao formato das certificações vigentes no ano 2025, haja vista que, com as novas atualizações (CPA, CPRO-R e CPRO-I), ainda não há dados disponíveis. Embora as mulheres representem, em média, aproximadamente 60% dos profissio-

nais certificados pela CPA-10, sua participação diminui para cerca de 45% na CPA-20. Entre os profissionais detentores da Certificação de Especialista em Investimentos (CEA), a presença feminina corresponde a aproximadamente 35%. Esse percentual torna-se ainda mais reduzido na Certificação de Gestores de Carteiras (CGA), na qual apenas 7% dos certificados são mulheres.

Participação Feminina por Certificação ANBIMA



Fonte: Gráfico gerado com dados de ANBIMA (2025)

No âmbito internacional, a disparidade também se evidencia na certificação CFA (*Chartered Financial Analyst*), considerada uma das mais prestigiadas da área de finanças e investimentos. Globalmente, apenas 18% dos profissionais certificados são mulheres. No Brasil, essa diferença é ainda mais acentuada, com apenas 11% de participação feminina.

Esses dados indicam um afunilamento da representatividade feminina conforme aumenta o nível de especialização e complexidade das certificações financeiras, evidenciando um possível “efeito funil” na progressão profissional das mulheres no setor.

A surpresa e maior crescimento da participação feminina fica com a certificação CFP®, da Associação Brasileira de Planejamento Financeiro (PLANEJAR). Dados de fevereiro de 2026 mostram que as mulheres representam 35,5% do total de 10.819 profissionais certificados. Esta é uma certificação densa e difícil em conteúdos, entretanto configura-se como a que mais abre portas para as mulheres ocuparem cargos elevados em instituições financeiras.

Em 2014, 503 mulheres possuíam essa certificação. Em 10 anos, o número subiu para 3.847, um crescimento exponencial de mais de 7 vezes. Em relação aos homens, o crescimento foi

de pouco mais de 4 vezes no período, passando de 1.613 para 6.972 profissionais CFP®.

Os dados da ANBIMA e da CVM evidenciam a menor representação feminina no setor financeiro, especialmente em cargos estratégicos e de liderança. Em 2022 apenas 7% dos gestores de carteira certificados e 21% dos consultores de investimentos cadastrados na CVM eram mulheres, demonstrando um desequilíbrio significativo. Apesar desses desafios, diversas lideranças femininas têm se destacado no mercado financeiro.

Pelo menos 10 casas de investimentos são comandadas por mulheres, segundo matéria de 2023 da plataforma e-investidor. São elas: Beatrice Ferrari, sócia-fundadora da *Blackbird* Investimentos; Fernanda Camargo, sócia-fundadora da *Wright Capital Wealth Management*; Ilana Bobrow, sócia da *Vectis Partners*; Juliana Nogueira, CEO da *Guide Investimentos*; Kelly Gusmão, co-fundadora e CPO da *Warren*; Louise Barsi, sócia-fundadora da AGF; Luciana Seabra, fundadora da Indê; Marília Fontes, sócia-fundadora da *Nord Research*; Roberta Antunes, *chief of growth* da *Hashdex*; e Sara Delfim, sócia-fundadora e gestora da *Dahlia Capital*. Essas mulheres continuam ocupando suas posições atualmente.

A presença feminina em bancos, corretoras e casas de análise tem crescido, mas é essencial



A presença feminina em bancos, corretoras e casas de análise tem crescido, mas é essencial que haja iniciativas para ampliar ainda mais essa participação (...)."

que haja iniciativas para ampliar ainda mais essa participação, como programas de inclusão, mentorias para mulheres e políticas corporativas que incentivem a equidade de gênero.

É importante mencionar mais algumas mulheres inspiradoras e competentes que atualmente ocupam cargos de destaque no mercado financeiro: Tarciana Medeiros – Presidente do Banco do Brasil, uma das 100 mulheres mais poderosas do mundo no ranking da revista *Forbes*; Vivian Lee (CFA – *Chartered Financial Analyst* e CGA-Anbima), com experiência na área de crédito no Itaú *Asset Management* e no Itaú BBA; Roberta Anchieta, coordenadora da comissão temática de administração e custódia da ANBIMA, contribui para o desenvolvimento da indústria de fundos brasileira; e Nathália Rodrigues (Nath Finanças), empresária, administradora, escritora e *youtuber*, destacou-se em prêmios importantes, como a lista da *Bloomberg Línea* das 500 personalidades mais influentes da América Latina e a *Forbes Under 30*, em 2020.

De acordo com a iniciativa Movimento Elas Lideram 2030, do Pacto Global da ONU, estimou-

-se que até 2025, 30% dos postos de alta gestão nas empresas fossem ocupados por mulheres e que até 2030 esse percentual chegue a 50%.

Segundo especialistas, ações podem ser adotadas para garantir maior participação de mulheres no mercado financeiro. São elas: desenvolvimento de uma cultura organizacional inclusiva; implementação de políticas que incentivem a equidade de gênero; maior diversidade nas equipes; transparência nos critérios de remuneração e promoção; compromisso com políticas de meritocracia justa.

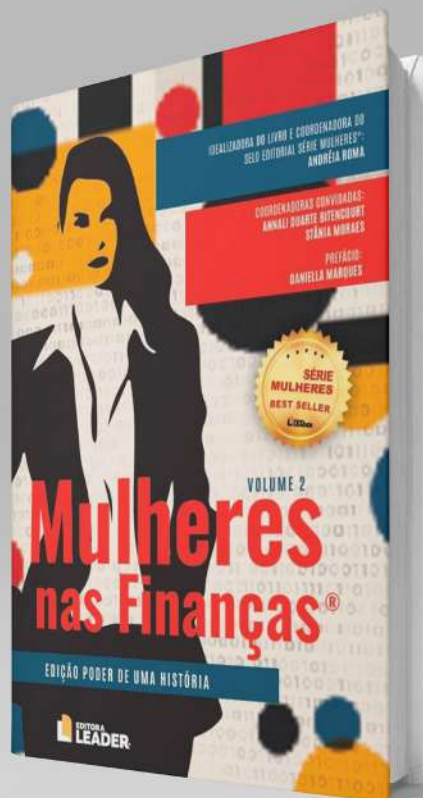
O conhecimento sobre educação financeira e a obtenção de certificações financeiras e de investimentos (ANBIMA, CNPI, ANCORD, PLANEJAR, CFA) são diferenciais de qualificação que permitem alçar posições de liderança. O investimento em cursos de pós-graduação (MBA) também possibilita a progressão funcional e majoração dos salários.

Essas ações não apenas fortalecem o ambiente de trabalho, mas também contribuem para a retenção de talentos, aumento da produtividade e inovação dentro das empresas.



Débora Alcântara

Conselheira suplente e vice-presidente da Comissão de Educação Financeira do Corecon-PB. Professora de pós-graduação, coordenadora dos MBA em Finanças e em Banking e Finanças Corporativas do Centro Universitário de João Pessoa/PB -UNIPÊ. Perita judicial econômico-financeira.



Mulheres nas Finanças – Edição poder de uma história, volume II

Andrée Roma, Annali Duarte Bitencourt e Stânia Moraes

A publicação é uma coletânea de histórias de mulheres que fazem a diferença no mundo das finanças. Com uma abordagem prática, o livro apresenta as experiências de coautoras que, com coragem e competência, conquistaram seus espaços e se destacaram em diversas áreas do setor financeiro. A obra revela os desafios, os aprendizados e as vitórias de mulheres que, por meio de suas jornadas, quebram barreiras e inspiram outras a seguir seus próprios caminhos.

As autoras compartilham suas histórias com uma visão inovadora e estratégica sobre a liderança feminina, gestão financeira, e a importância da sororidade e da equidade de gênero no setor. Desde experiências em grandes corpora-

ções até a gestão financeira de empresas familiares, cada capítulo é um testemunho do poder transformador que a determinação e o talento feminino podem ter, não apenas no mercado financeiro, mas também na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

O livro oferece uma visão abrangente e enriquecedora, celebrando as contribuições das mulheres para o desenvolvimento financeiro, empresarial e econômico. A leitura é uma fonte de inspiração para quem deseja trilhar o caminho do sucesso, enfrentando os desafios com confiança e sabedoria.

(Texto da Editora Leader – com adaptações)

Coordenação: Andrée Roma, Annali Duarte Bitencourt e Stânia Moraes

Editora: Leader

Páginas: 580 páginas

ISBN: 978-85-5474-298-0

Salário Mínimo no Brasil: 90 anos de História, Lutas e Transformações

Organização Dieese

A obra *Salário Mínimo no Brasil: 90 anos de História, Lutas e Transformações* apresenta um panorama histórico e analítico sobre a trajetória do salário mínimo no país desde sua criação, em 1936, até os dias atuais.

Organizada com a contribuição de pesquisadores e especialistas do mundo do trabalho, a publicação tem prefácio do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e apresentação do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. O livro examina o papel do piso nacional na formação do mercado de trabalho brasileiro e na distribuição de renda.

A obra é dividida em três partes, com a primeira tratando de fundamentos e história do salário mínimo; a segunda, do seu papel como motor de justiça social e econômica; e a terceira abordando a inclusão e o combate à discriminação.

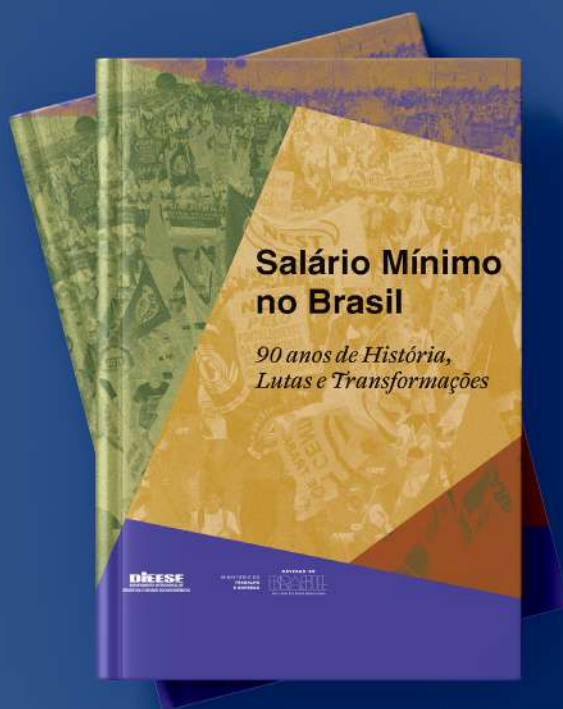
Ao recuperar debates, disputas políticas e transformações econômicas ao longo de nove décadas, o livro também discute os efeitos da política de valorização do salário mínimo e os desafios para sua manutenção como instrumento de combate à pobreza e de fortalecimento do mercado interno.

Organização: Dieese

Editora: Dieese

Páginas: 259 páginas

ISBN: 978-65-981540-7-3





Episódio #142

Protagonismo feminino nas finanças

Em mais uma edição voltada ao protagonismo feminino, economistas abordam finanças pessoais, educação financeira e empreendedorismo para mulheres

OUÇA AGORA!

Aponte a câmera do
seu celular para o
código QR!



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA



CORECON
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

**PROTAGONISMO
DIVERSIDADE &
DESENVOLVIMENTO**
Construindo um futuro inclusivo
para a economia brasileira



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

PROTAGONISMO, DIVERSIDADE
& DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

O economista no centro da agenda
nacional de desenvolvimento



@cofecon

Conselho Federal de Economia - Cofecon
Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco B, 12º andar, CEP 70318-900 - Brasília/DF
Tel: (61) 3208-1800/E-mail: cofecon@cofecon.org.br